



**UNICEUB – CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL:
SEGURANÇA PÚBLICA, MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO**

**Autor: Guilherme Rodrigo de Menezes Coimbra
Orientador: Prof. Francisco Vitor Bouissou**

Brasília, 2009.



GUILHERME RODRIGO DE MENEZES COIMBRA

**O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO NA AMÉRICA DO SUL:
SEGURANÇA PÚBLICA, MODERNIDADE E DESENVOLVIMENTO**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do UNICEUB – Centro Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Francisco Vitor Bouissou

Brasília, 2009.

A minha família, nenhuma dedicatória
ou agradecimento seriam suficientes.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do UNICEUB – Centro Universitário de Brasília, na pessoa da sua coordenadora Professora Dr. Renata Rosa de Melo.

Ao Professor Francisco Vitor, meu orientador e incentivador.

A Evani, minha estimada companheira e parceira de todas as horas, pela sua paciência e disponibilidade.

“Não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura, da riqueza e do poder de nossa pátria que desejamos. É também a crescente prosperidade de todos os povos de nosso Continente.”

BARÃO DO RIO BRANCO
(Discurso de 20 de abril de 1909)

RESUMO

A prioridade brasileira atual, no que se refere a acordos de cooperação regional, concentra-se numa proposta de desenvolvimento de um bloco sul-americano que garanta a subsistência de países do continente que individualmente não teriam porte para se projetar no mercado internacional. Dentro deste cenário, torna-se importante analisar as etapas do processo de desenvolvimento do bloco sul-americano para que se crie um ambiente sustentável que minimize os impactos negativos do processo de integração enquanto maximizando os ganhos para as populações dos países envolvidos. Nesta monografia, aspectos relevantes do processo de desenvolvimento do bloco sul-americano são discutidos, aspectos esses que afetam diretamente a possibilidade de melhoria da qualidade de vida na região.

ABSTRACT

The current priority of the Brazilian foreign policies in respect to regional agreements of international collaboration is the development of a South American bloc that would allow smaller regional countries to have international projection beyond their individual capacities. Within this scenario, it is important to analyze the different stages of the development process of a South-American bloc in order to create sustainable conditions for minimizing negative impacts of the integration process while maximizing the gains by the populations of the different signatory countries. In this monograph, several aspects of the process of development of the South-American bloc are discussed, which in turn affect the regional ability to improve quality of life.

SIGLAS

ALALC Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALCSA Área de Livre Comércio da América do Sul

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAN Comunidade Andina das Nações

CARICOM Mercado Comum do Caribe

CEPAL Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CINTEPOL Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica

COMINTERN Internacional Comunista

CPM Coeficiente de Plantas Mínimas

DR Disponibilidade do Recurso

DT Domínio Tecnológico

ECOSOC Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EUA Estados Unidos da América

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INTAL Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

MCCA Comunidade Andina das Nações

MERCOSUL Mercado Comum do Sul

NAFTA Mercado Comum Centro-Americano

OEА Organização dos Estados Americanos

ONU Organização das Nações Unidas

PIDCP Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

PIDESC Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PS Possibilidade de Substituição

PSS Protocolo de San Salvador

SBEF Sociedade Brasileira de Economia Física

SIDH Sistema Interamericano de Direitos Humanos

UE União Européia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VC Vantagem Comparativa

SUMÁRIO

RESUMO / 6

ABSTRACT / 7

SIGLAS / 8

INTRODUÇÃO / 10

1. CENÁRIOS ATUAIS E POSSÍVEIS / 13

1.1. Dividindo o Indivisível / 13

1.2 A maturidade dos Direitos Humanos na América do Sul / 16

1.3 “Um outro mundo é possível” / 20

1.4. Segurança Pública, Modernidade e Desenvolvimento / 27

2. CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS / 31

3. ANÁLISE POLÍTICA SITUACIONAL DA INTEGRAÇÃO / 35

3.1 O Dogma da Soberania / 39

3.2 A necessidade de um modelo / 41

3.3 CINTEPOL / 44

4. MODELANDO O PROCESSO / 47

4.1 Variáveis Estratégicas Consideradas / 53

4.2 Energia / 53

4.3 Telemática / 57

4.4 Transportes /58

4.5 Educação / 60

4.6 Aplicação do Modelo /62

4.7 Aplicação do modelo ao campo da telemática / 65

4.8 Análise de caso / 65

CONCLUSÃO / 68

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS / 71

ANEXO I / 74

ANEXO II / 75

ANEXO III / 76

ANEXO IV / 80

ANEXO V / 83

ANEXO VI / 87

INTRODUÇÃO

Esta monografia não visa estabelecer diretrizes definitivas de uma estratégia nacional, pois que dificilmente se poderia propor tal obra, tendo em vista o caráter de inexecutabilidade inerente a um ambiente complexo e em constante mutação como é o espaço das Relações Internacionais. Este trabalho se caracteriza mais como uma proposição doutrinária para um sistema de suporte às decisões no âmbito das Relações Internacionais de natureza pública e, até certo ponto, privada, objetivando a construção de um modelo de uma nova visão estratégica do processo de Integração Regional. Esta visão permitirá um enfoque que privilegie a dignidade da população dos países sul-americanos que obterão um mecanismo de sustentabilidade da política de proteção dos direitos humanos por meio de medidas que vão muito além da criação de leis, construindo um ambiente propício ao desenvolvimento da região que respeite a preservação do meio ambiente, com a utilização racional dos recursos naturais e a conseqüente melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos.

Este trabalho considerará o Estado Brasileiro como ator principal desta nova proposição doutrinária, dando-lhe o devido papel de núcleo geográfico, econômico, político e histórico da América do Sul procurando preservá-lo, por meio da minimização dos riscos, de uma Integração Regional com vizinhos tão suscetíveis, ainda, a governos populistas lesivos a interesses democráticos comuns.

O ambiente em que se desenvolve esta proposta de trabalho reconhece que o primeiro passo para o processo de integração já foi dado com a criação do MERCOSUL¹. O segundo passo se materializou na criação da Comunidade

¹ O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é um amplo projeto de integração concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e que envolve dimensões econômicas, políticas e sociais, o que se pode inferir da diversidade de órgãos que ora o compõem, os quais cuidam de temas tão variados quanto agricultura familiar ou cinema, por exemplo. No aspecto econômico, o Mercosul assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum, seguindo os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção, por meio do qual o bloco foi fundado, em 1991.

Sul Americana das Nações². O terceiro passo ao que tudo indica será a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) ou AMERCOSUL, como alguns autores preferem chamar. O que cristaliza a posição adotada pelo governo brasileiro que por um lado expande horizontes e demonstra que o Mercosul se constitui em um núcleo de um processo maior de integração, ao tempo em que delimita este processo não mais a América Latina, como foi tentado na década de 1960 com a Alalc³ (Associação Latino Americana de Livre Comércio), mas a América do Sul com a ALCSA.

A proposta aqui expressa visa a posicionar o Brasil como país capaz de criar e administrar uma doutrina comum para políticas de segurança pública em um espaço de acumulação capitalista integrado aos demais países da região sem que isso implique necessariamente ficar a mercê de seus parceiros nesta empreitada. Este processo renderá dividendos a todos os países da América do Sul sem, no entanto, colocar em risco a economia brasileira, principal economia do continente, com vulnerabilidades decorrentes desta aproximação.

Por outro lado, esta cooperação contribui significativamente para a robustez da presença sul-americana, e conseqüentemente brasileira, no cenário internacional tanto política quanto economicamente. A proposição doutrinária desenvolvida aqui se amolda perfeitamente ao Brasil pela experiência que já possui em integração de estados da federação tão heterogêneos na sua constituição e por ser possível apenas em países que tenham grande riqueza de recursos naturais, relativa versatilidade tecnológica, aliada a um parque industrial de porte, sem esquecer, todavia, a posição

² A Comunidade Sul-americana de Nações foi estabelecida em Cusco, no Peru, no dia 8 de dezembro de 2004, por ocasião da III Reunião de Presidentes da América do Sul. O objetivo da Comunidade é concorrer para a conformação de um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura. Os princípios e a orientação política básica da Comunidade estão estabelecidos na Declaração de Cusco (Anexo III) e na Declaração de Ayacucho (Anexo IV). A I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações foi realizada em Brasília, no dia 30 de setembro de 2005. Na Reunião, foi aprovado um conjunto de decisões, entre elas a Declaração Presidencial e Agenda Prioritária (Anexo V) e o Programa de Ação (Anexo VI), que conferiram à Comunidade uma estrutura organizacional básica e estabeleceram as áreas de atuação prioritária para o processo de integração sul-americano.

³ A **ALALC** foi uma tentativa não bem sucedida de integração comercial da América Latina na década de 1960. Era composta originariamente pelos seguintes membros: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Em 1980 se tornou ALADI, contando atualmente ainda, além dos países fundadores, com Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador e Venezuela.

geopolítica, a dimensão continental privilegiadas e a solidez das instituições democráticas .

A metodologia na apresentação do trabalho se orientará por duas regras básicas:

A primeira regra é dividir um problema ou dificuldade em tantas partes quanto for possível;

A segunda regra é começar as reflexões nos objetos mais simples e fáceis de compreender e, a partir daí, pouco a pouco, subir ao conhecimento dos mais complexos;

Utilizando esta metodologia aplicada à proposição doutrinária criada, pretende-se:

- configurar a situação que se apresenta em termos matriciais;
- caracterizar e definir, de modo preciso e objetivo, os paradigmas que se apresentam no contexto de uma realidade;
- criar e formular alternativas frente a esses paradigmas;
- examinar as repercussões de cada uma das alternativas;
- analisar casos que deram certo.

1. CENÁRIOS ATUAIS E POSSÍVEIS

1.1 Dividindo o Indivisível

A bipolaridade que se instalou no período pós-guerra, cristalizando uma divisão político-econômica baseada na divisão do mundo entre as duas grandes potências, EUA (Estados Unidos da América) e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), denominadas de Primeiro e Segundo mundo⁴ respectivamente, gerando também uma divisão nos enfoques dados aos Direitos Humanos. Esta divisão se manifestava conforme a ótica adotada por uma ou outra orientação ideológica, de forma a enfatizar somente o que mais lhe fosse conveniente, ficando de um lado direitos civis e políticos, e do outro, direitos econômicos, sociais e culturais.

A própria origem da ONU⁵ está fortemente atrelada a esta maneira de visualizar o mundo pela ótica dos vencedores da Segunda Guerra Mundial⁶, que tiveram no Conselho de Segurança⁷, importante órgão de decisão das Nações Unidas, uma arena apropriada para suas disputas entre as grandes democracias ocidentais (Primeiro mundo) e os países da Europa socialista

⁴ Segundo o Dicionário Houaiss, pág.1979: o primeiro mundo é o conjunto de países que se incluem econômica, política, social, e culturalmente, entre as nações capitalistas desenvolvidas; o segundo mundo é o conjunto de países, nações e/ou Estados socialistas; o terceiro mundo é o conjunto de países economicamente subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento; o quarto mundo é conjunto de países, nações e/ou Estados considerados como presentemente pouco viáveis, política, social e economicamente.

⁵ A Organização das Nações Unidas é uma instituição internacional formada por 192 Estados soberanos, fundada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo, fomentar relações cordiais entre as nações, promover progresso social, melhores padrões de vida e direitos humanos. Os membros são unidos em torno da Carta da ONU, um tratado internacional que enuncia os direitos e deveres dos membros da comunidade internacional. As Nações Unidas são constituídas por seis órgãos principais: a Assembléia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado. Todos eles estão situados na sede da ONU, em Nova York, com exceção do Tribunal, que fica em Haia, na Holanda.

⁶ A Segunda Guerra teve início em 1 de setembro de 1939 com a invasão da Polônia pela Alemanha e as subseqüentes declarações de guerra da França e da Comunidade das Nações. A Itália, a Alemanha e o Japão formaram Eixo Roma-Berlim-Tóquio e as demais potências que se opuseram aos desejos expansionistas destes países juntamente com a União Soviética, após a invasão desta pela Alemanha, constituíram a base do grupo dos Aliados.

⁷ O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com direito de veto: os Estados Unidos, a França, o Reino Unido, a Rússia e a República Popular da China. Os outros 10 membros são rotativos, sem direito de veto e têm mandatos de 2 anos.

(Segundo mundo). Vale lembrar que Conselho de Segurança tem como membros permanentes, Estados Unidos da América, Inglaterra, França, China e URSS, esta última, após o advento da *Perestroika*, em 1982, que iniciou o desmantelamento da URSS, foi substituída pela Federação Russa, em 1991.

A Conferência de São Francisco, realizada entre os dias 25 de abril e 26 de junho de 1945, nos Estados Unidos, criou a ONU através de um tratado chamado de Carta das Nações Unidas, que entrou em vigor no dia 24 de outubro daquele ano. Segundo LEÃO⁸, desde o primeiro momento formou-se, sob a ótica da discussão dos direitos humanos, quatro aglomerações distintas de países, a saber:

- um grupo de países ocidentais e do chamado Ocidente Político, entre os quais a Austrália, que tinham nos Estados Unidos, França e Inglaterra, seus mentores políticos e ideológicos;

- outro grupo constituído pelos países da América Latina, aderiu imediatamente à causa dos direitos humanos, surpreendendo muitas vezes os países mais desenvolvidos do hemisfério com decisões mais avançadas em vários campos;

- um grupo formado pelos países socialistas, que vieram com desconfiança generalizada o desenvolvimento da discussão dos direitos humanos, mas que mesmo assim aceitaram colaborar;

- e, finalmente, um quarto grupo formado pelos países asiáticos que, com exceção dos muçulmanos dirigidos pela Arábia Saudita e pelo Paquistão, pouca presença tiveram nas discussões iniciais.

Os debates ocorridos entre os anos de 1945 a 1966, apesar da existência dos quatro grupos citados, se deram no âmbito do confronto político e ideológico entre Ocidente e Europa socialista e representavam somente a incorporação político-diplomática da Guerra Fria⁹. Isto é claramente verificável pela distância entre o conteúdo da Carta das Nações Unidas, no que diz respeito aos direitos humanos e o discurso de F. Roosevelt, presidente dos Estados Unidos da América, ante o Congresso norte-americano em 26 de

⁸ LEÃO, 2001, pág. 42.

⁹ Disputa político-ideológica que se instaurou após o fim da Segunda Guerra Mundial entre os EUA e a URSS.

janeiro de 1941. Este discurso que despertara tantas expectativas e esperanças aos defensores dos direitos humanos que acabou não sendo adotado na redação final da Carta, nele Roosevelt exortava a construção de um mundo norteado por quatro liberdades fundamentais:

- liberdade da palavra e expressão;
- liberdade de culto e crença religiosa;
- liberdade de desejar, de estar livre da miséria e da necessidade;
- direito de ser liberado do medo, significando a redução de

armamentos no cenário mundial.

Esta distância pode ser explicada pela situação em que se encontravam as duas potências, os EUA com problemas referentes à discriminação racial e ao capitalismo liberal, e a URSS com problemas pertinentes à falta de liberdade e expressão política. O resultado é que a Carta mencionava a promoção e/ou desenvolvimento dos direitos humanos, mas não definiam claramente o quê e quais eram estes direitos.

O mundo continuou girando em torno desta divisão em duas correntes uma defendendo a democracia liberal como único regime capaz de promover respeito às liberdades e direitos fundamentais e a outra defendendo a democracia social ou real, como a caminho para a eliminação das desigualdades sociais.

Assim que depois de muitas deliberações e comissões em 10 de dezembro de 1948, em sua Terceira Sessão Ordinária, a Assembléia Geral da ONU, reunida em Paris, por meio de sua resolução 217 A (III), adotou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, legitimando a preocupação da sociedade internacional com a promoção e a proteção dos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 se revestiu de ineditismo ao combinar o discurso liberal da cidadania com o discurso social e ao reconhecer os valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens em âmbito universal, o que não ocorria nas declarações anteriores que se referiam exclusivamente aos indivíduos de um determinado país.

No entanto, em 1951 a Assembléia Geral decidiu pela elaboração de dois Pactos Internacionais de Direitos Humanos, ao invés de um.

A opção pela elaboração de dois pactos credita-se aos países do Mundo Ocidental¹⁰ que apoiavam o reconhecimento das liberdades individuais clássicas, mas se opunham ao reconhecimento dos direitos sociais e econômicos defendida pelos países do bloco comunista e do continente africano criando, desta forma, uma dicotomia entre proteção a liberdade individual e proteção a igualdade social.

Em 1954 são concluídos os dois Pactos e em 1966 são adotados os Pactos assim denominados:

- Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP);
- Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Com estes pactos foram criados instrumentos concretos de proteção dos direitos humanos que instrumentalizaram a sociedade civil para combater as violações de maneira eficaz.

1.2 A maturidade dos Direitos Humanos na América do Sul

Considerando a América do Sul e seu desenvolvimento nos últimos anos frente ao fenômeno da globalização, resta clara a impossibilidade de tratar os direitos humanos de forma compartimentalizada e segmentada, sem a observância plena e integral das vertentes complementares dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais.

Tanto é verdade que o Protocolo Adicional à Convenção Americana¹¹ sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, mais conhecido como o Protocolo de San Salvador, contém em seu preâmbulo o firme propósito dos Estados-Partes em consolidar, no continente americano, um regime de liberdade pessoal e de justiça social. Este regime,

¹⁰ Durante a Guerra Fria, a expressão "Mundo Ocidental" se referia de maneira muito genérica aos países capitalistas desenvolvidos. Ex: países da Europa Ocidental e Estados Unidos.

¹¹ No âmbito da Organização dos Estados Americanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de direitos Humanos são os órgãos encarregados da proteção dos direitos fundamentais no sistema interamericano e ambos são facultados pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969), para proteger e promover esses direitos. À Comissão também é facultado velar pelo respeito aos direitos humanos, de acordo com a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

criado dentro do quadro das instituições democráticas e fundado no respeito aos direitos essenciais do homem, reconhece que esses direitos não nascem do fato de serem os homens nacionais de determinado país, mas, sim como fundamento de atributos da pessoa humana, motivo pelo qual justificam uma proteção internacional.

Esse mesmo preâmbulo considera que existe entre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e os Direitos Cíveis e Políticos uma estreita relação, indissolúvel, fundada no reconhecimento da dignidade humana e que é dever da comunidade internacional exercer uma tutela constante e uma promoção permanente desta unidade essencial dos direitos humanos de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase, não admitindo qualquer violação parcial de suas regras.

No passado recente, durante a Guerra Fria, em fase de bipolaridade política e econômica, o inimigo do Mundo Ocidental eram os comunistas. Já hoje, na esfera global, os Estados Unidos reinam absolutos como maior potência do globo acumulando as funções de guardião plenipotenciário da segurança mundial e os novos inimigos escolhidos são as máfias italiana, japonesa, russa, os narcotraficantes colombianos, os terroristas e etc.

Este discurso serviu tão bem no passado como serve hoje para legitimar, por meio de uma suposta cooperação com os povos no combate ao inimigo, as invasões e intervenções em outros países mais fracos como Iraque e Afeganistão.

Vale salientar que a pretexto de defender o mundo livre da ameaça da Internacional Comunista (Comintern), o governo dos Estados Unidos já oferecia, nos anos 20¹², assistência policial ao governo brasileiro e mesmo a alguns estados da federação. Como, também nas primeiras décadas do século XX a presença americana já se fazia sentir na América Central pela atuação de membros das forças armadas e de agências de segurança norte americanas. Convém ainda lembrar que durante o período de ditaduras militares na

¹² Um estudo mais profundo sobre a utilização das polícias na América Latina pelos Estados Unidos como instrumento de controle político em nome de uma segurança hemisférica pode ser visto no livro de Martha K. Huggins "Polícia e política: relações Estados Unidos /América Latina" – Ed. Cortez, São Paulo, 1998.

América Latina houve um retrocesso nas funções da polícia que deixou de ser neutra com respeito às políticas de governo passando atuar como instrumento de reforço da estrutura do poder. O que acabou por direcionar ainda mais poder de fogo contra seus próprios cidadãos, como consequência do amálgama das funções militares com as funções policiais. Contrariando assim os preceitos da criminologia convencional que vê no aprimoramento de uma justiça penal mais eficaz o escopo de manter e garantir a ordem pública em bases mais justas, racionais e, principalmente, mais apolíticas.

Não decorre muito tempo sem que os Estados Unidos se manifeste a favor da utilização das forças armadas no combate à criminalidade organizada na forma de narcotraficantes ou de terroristas, provavelmente já criando condições para, a pretexto de cooperação internacional, instalar bases militares em outros países com fez na Colômbia.

O anterior vice-presidente dos Estados Unidos, Richard (Dick) Cheney, quando ocupava o cargo de secretário de defesa dos Estados Unidos propôs para deliberação da XIX Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em Washington (1990/1991):

“a sugestão de que as forças armadas da América Latina se engajassem no combate ao narcotráfico, reduzissem seus efetivos, limitassem os armamentos às necessidades de autodefesa, obedecessem aos mecanismos de controle de tecnologias para a fabricação de mísseis balísticos e renunciassem a toda tecnologia para a fabricação de artefatos nucleares”¹³.

Segundo MONIZ BANDEIRA este propósito já havia sido apresentado antes:

“Em 1945, Willian D. Pawley, embaixador norte-americano em Lima, defendera o estabelecimento de missões militares no Peru e em outras repúblicas latino-americanas, com o argumento de que elas não apenas possibilitariam influir para limitar suas Forças Armadas “ao tamanho necessário à manutenção da ordem civil”, como também permitiriam “influenciar

¹³ MONIZ BANDEIRA, 2004, pág.64.

fortemente” as atitudes e a política dos governos em favor dos Estados Unidos”¹⁴.

John Pilger teceu um paralelo interessante ao comparar o rumo dado à política externa americana pós 11 de setembro e a obra de Orwell:

“Quando Dick Cheney, o vice-presidente dos Estados Unidos, declarou que a “guerra ao terrorismo” poderia durar cinquenta anos ou mais, suas palavras evocaram o grande romance profético de George Orwell, 1984. Aparentemente, teremos de conviver com a ameaça e o equívoco de uma guerra interminável para justificar o aumento do controle social e da repressão de Estado, enquanto as altas esferas do poder continuam perseguindo seu objetivo de supremacia global. Washington transforma-se na “cidade principal da Pista de Pouso nº 1” e a culpa de todos os problemas é atribuída ao “inimigo”, o maligno Goldstein, como batizou Orwell. Poderia também ser Osama Bin Laden ou seus sucessores, o “eixo do mal”.

A América do Sul é por demais rica e cobiçada, em recursos naturais, e seu povo por demais sofrido pelas desigualdades sócio-econômicas existentes, para ficar submisso de interesses de grandes potências estrangeiras que não estão nem um pouco interessadas em solucionar os problemas que afligem os países sul-americanos. A solução terá que ser construída dentro do quadro de países que constituem a América do Sul, utilizando os recursos disponíveis de maneira coerente e justa para que se obtenha o sucesso de um projeto voltado para o desenvolvimento sustentável que contemple a dignidade humana dos povos sul-americanos.

A solução para se evitar o estigma de “Estados Fracassados” que nas palavras de CHOMSKY¹⁵ é atribuído àqueles Estados que não tem capacidade de “proteger seus cidadãos da violência – talvez até mesmo da destruição¹⁶”, e “se consideram isentos dos efeitos da legislação doméstica e internacional¹⁷”, se vale de um momento em que o governo brasileiro vem, repetidamente, reconhecendo a importância da integração dos países da América do Sul, não poupando esforços para levá-la adiante. Esforços

¹⁴ Ibid, pág. 65.

¹⁵ CHOMSKY, 2009.

¹⁶ Ibid, pág. 48.

¹⁷ Ibid, pág. 08.

Ao invés de consolidar a sua hegemonia continental por meio de uma Política de Defesa o caminho do Estado Brasileiro para alcançar a sua posição de protagonista regional será por meio de implementação de uma doutrina e de uma Política de Segurança Pública que garanta a estabilidade regional e respeite o estado democrático utilizando ferramentas de auditoria e mecanismos de fiscalização da sua correta utilização.

Será através desta Política de Segurança Pública que se construirá um projeto de cooperação internacional que conduzirá um processo paralelo de integração regional orientado por um modelo relacional baseado na teoria dos jogos.

Para efeito de apresentação do processo de integração regional, que correrá paralelo ao de cooperação técnica em Segurança Pública, serão consideradas quatro variáveis estratégicas (energia, telemática, logística e educação) em detrimento de outras possíveis por entendê-las como fundamentais na condução da política de Estado a ser adotada e porque o poder público detém maior controle sobre as mesmas.

1.3 “Um outro mundo é possível”

O lema, explicitado acima, do Fórum Social Mundial ocorrido em janeiro de 2004 nos arredores Mumbai, Índia, deveria ser o elemento inspirador maior da construção dos alicerces de uma integração sul-americana que visualizasse o desenvolvimento sustentável e a dignidade humana.

Dos temas lá abordados, assimetria socioeconômica, impactos de conservação de florestas entre outros tantos¹⁸, a globalização era sem sombra de dúvida o tema que se sobrepunha a todos os demais, dada à preocupação que inspirava nos participantes.

A globalização, muito propalada pela mídia, ocorrida na virada do século, não é com certeza o primeiro fenômeno histórico que se caracteriza

¹⁸ A União Européia é uma organização internacional constituída atualmente por 27 estados membros, caracteriza-se por ser uma união aduaneira, com políticas agrícolas, de pescas, comercial e de transportes comuns e possuir moeda unificada (o euro) presente em 16 dos 27 países que a compõe.

pelo transbordamento de uma civilização, produto de uma ou mais culturas, do interior da mesma para o seu exterior. Este fenómeno ocorrido em outras eras caracteriza-se, segundo CHACON, “pela tecnologia, pelos meios de produção usados, não só pela cultura material, mas também pela intelectual, interagindo uma com a outra”¹⁹.

Com o atual desenvolvimento tecnológico a favorecer o, cada vez mais crescente, intercâmbio comercial as fronteiras deixam de ser uma barreira para a integração entre países e seus povos. Joseph E, Stiglitz, Nobel de Economia em 2001, define o fenómeno, numa tradução livre, como, “a continuidade da integração dos países e povos do mundo, que foi causada pela enorme redução de custos de transporte e comunicação, e a queda de barreiras artificiais ao escoamento de produtos, serviços, capital, conhecimento e pessoas pela fronteira”²⁰.

O processo de globalização que esta sendo abordado se refere àquele de fins do século XX e início do século XXI em diante. Este processo tem como desafios, afora os inerentes à globalização de forma genérica, aqueles típicos do nosso tempo, como é a compatibilização humana com a biosfera e os ciclos de agregações regionais em forma de blocos como é a União Européia (UE), o MERCOSUL²¹, o Mercado Comum do Caribe²² (Caricom), o Nafta²³, o Mercado

¹⁹ CHACON, 2002.

²⁰ “The closer integration of the countries and the peoples of the world which has been brought about by the enormous reduction of costs of transportation na communication, and the breaking down of artificial barriers to the flows of goods, services, capital, knowledge and people across borders.” Citado por GOMES.

²¹ O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um amplo projeto de integração concebido por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Envolve dimensões econômicas, políticas e sociais, o que se pode inferir da diversidade de órgãos que ora o compõem, os quais cuidam de temas tão variados quanto agricultura familiar ou cinema, por exemplo. No aspecto econômico, o Mercosul assume, hoje, o caráter de União Aduaneira, mas seu fim último é constituir-se em verdadeiro Mercado Comum, seguindo os objetivos estabelecidos no Tratado de Assunção, por meio do qual o bloco foi fundado, em 1991.(MRE) - Ver Anexo I.

²² A CARICOM é um grupo de 15 países membros criado, em 1973, pelo Tratado de Chaguaramas para promover a integração econômica por meio da circulação livre de mercadorias e a cooperação operacional nas áreas da educação e da saúde. O Tratado foi revisado em 2001 para fazer do mercado comum uma união econômica, o Mercado e a Economia Comuns do Caribe (CSME) o bloco foi fundado, em 1991. Os países membros são: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. As Bahamas são um membro da Comunidade mas não do Mercado Comum. São incluídos nos membros associados (3): Anguila, Ilhas Turk e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

Comum Centro-Americano²⁴ (MCCA), a Comunidade Andina das Nações²⁵ (CAN) entre outros. Estes blocos, desarticuladamente tendem a formar uma pequena resistência à sede desmesurada de um processo de globalização econômica descaracterizadora de uma identidade cultural dos “Estados periféricos transnacionalizados” frente a “Estados centrais hegemônicos transnacionalizantes” e “protagonistas da História”.

Cabe bem o termo “protagonistas da história” porque ao seletivo grupo de Estados centrais hegemônicos (EUA e União Européia) é permitido mudar suas agendas de uma hora para outra, sem que, aparentemente, nenhuma voz se levante para questionar a coerência de seus discursos. A palavra usada é discurso porque os objetivos permanecem os mesmos, só as razões apresentadas que se alteram num crescente pela melhor cobertura de seus atos e reais motivações.

Um exemplo pode ser observado quando das respostas dos Estados Unidos, país hegemônico, aos incidentes de 11 de setembro nas palavras de CHACON:

“Imediatamente sumiu a prioridade dos direitos humanos e assumiu seu lugar o combate do Poder Executivo ao chamado terrorismo, nas formas da invasão da base organizada dos ataques, o Afeganistão, simultaneamente com a suspensão dos direitos e garantias individuais, exatamente os mesmos métodos condenados por Washington em relação aos Estados que em idênticas circunstâncias fazem o mesmo²⁶.”

Alguns cães ladraram dentro e fora dos Estados Unidos diante da afronta ao Protocolo de San Martín, é verdade, mas a caravana republicana passou incólume para um segundo mandato.

De acordo com PILGER:

²³ O NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) é um bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México. Foi ratificado em 1993, entrando em funcionamento no dia 1º de janeiro de 1994.

²⁴ O Mercado Comum Centro-Americano, (MCCA) foi criado em 1960 e é formado pelos países fundadores Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.

²⁵ A Comunidade Andina de Nações (CAN) é um bloco econômico sul-americano formado pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O bloco foi chamado Pacto Andino até 1996 e surgiu em 1969 com o *Acordo de Cartagena*.

²⁶ CHACON, 2002, pág. 12.

“Os atentados de 11 de setembro não “mudaram tudo”, mas efetivamente aceleram o fluxo dos acontecimentos, servindo como excelente pretexto para a destruição da democracia social. O enfraquecimento da Carta dos Direitos nos Estados Unidos e o desmantelamento da instituição do corpo de jurados na Grã-Bretanha e de uma infinidade de liberdades civis correlatas fazem parte desta tendência à redução da democracia a um ritual eleitoral: o da competição entre partidos indistintos uns dos outros pela gestão de um Estado de ideologia única²⁷.”

O Correio Braziliense²⁸, de 15 de Janeiro de 2008, na sua página 18, dedicada às notícias do mundo parece corroborar com CHACON e PILGER quando sob o título “Dilema para Bush”, destaca como subtítulo:

“Presidente norte-americano chega à Arábia Saudita com pacote de US\$ 20 bilhões em ajuda militar para regimes autoritários da região. **Aliança contra o Irã coloca em segundo plano cruzada pela democracia**”. [grifo deste autor].

Protestos sobre os efeitos da globalização tal como conhecida hoje tiveram um marco em dezembro de 1999 na cidade americana de Seattle, quando os defensores dos mercados abertos assistiram surpresos, durante o que seria uma nova rodada de negociações, a uma grande manifestação de pessoas, com representações de todo o mundo, unidas contra o processo da globalização.

O relatório apresentado em 2004 pela Comissão Mundial sobre Dimensões Sociais da Globalização, criada em 2001, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, examinou 73 países e concluiu que: “Em todas as regiões do mundo, com exceção da Ásia Meridional, dos Estados Unidos e da União Européia (UE), as taxas de desemprego aumentaram entre 1990 e 2002”²⁹.

²⁷ PILGER, 2004, pág. 12.

²⁸ Jornal de grande circulação na capital federal brasileira.

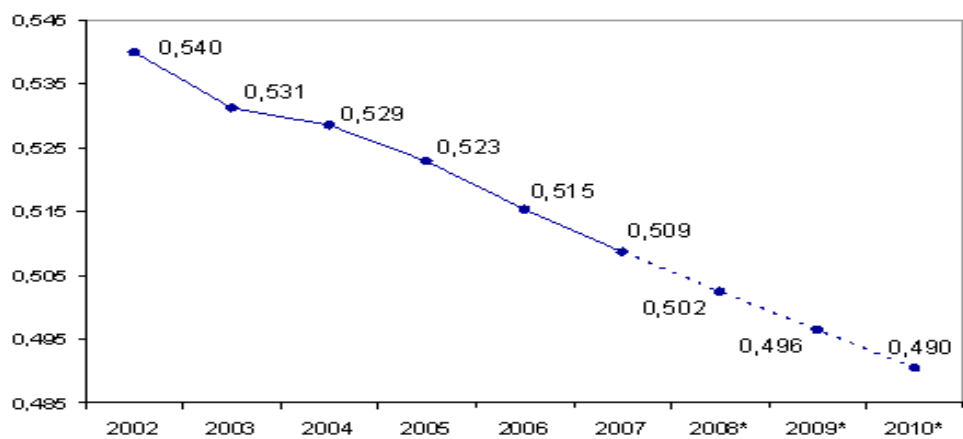
²⁹ STIGLITZ, Joseph E. Globalização: como dar certo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.68.

Entre as várias conclusões alarmantes da comissão outra chama atenção: “59% da população mundial vivia em países com desigualdade crescente, com apenas 5% em países com desigualdade em declínio. Até mesmo na maioria dos países desenvolvidos, os ricos estavam ficando mais ricos, em quanto os pobres, com freqüência nem conseguiam manter sua renda”³⁰.

Dados do IPEA, divulgados 23 de junho de 2008, demonstram mais uma vez a estatura estratégica do Brasil e apontam que os trabalhadores brasileiros estão quase 7% menos desiguais se compararmos o quarto trimestre de 2002 e o primeiro de 2008. A tabela abaixo mostra uma queda no índice de Gini³¹ da população brasileira, de 0,540 em 2002 para 0,509 em 2007.

BRASIL

Gráfico 1 – Evolução anual do Índice de Gini entre ocupados, 2002-2007



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE. (Elaboração própria.)

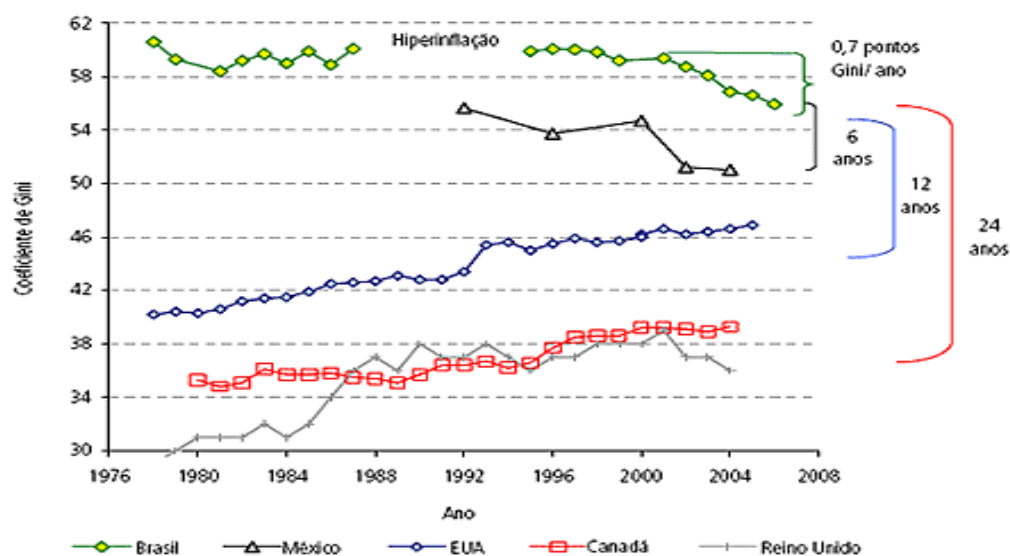
Esta melhora apresentada pelo Brasil no Índice de Gini aconteceu porque a recuperação da renda dos mais pobres no período foi quase cinco vezes maior que a dos mais ricos, ou seja, os trabalhadores mais pobres tiveram aumentos salariais maiores de 2002 a 2008.

Esta constatação adquire contornos mais significativos se compararmos os índices brasileiros com o de outros países, como pode ser visto abaixo:

³⁰ *Id, ibid.*

³¹ O índice de Gini é um parâmetro internacional para medir a desigualdade de distribuição de renda, que varia de 0 a 1, quanto maior ele for, mais próximo fica da desigualdade extrema.

GRÁFICO 5
As distribuições de renda domiciliar *per capita* com transferências no Brasil, México, Estados Unidos, Canadá e Reino Unido



Fontes: Brasil: Pnad; México: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (Inegi); Estados Unidos: US Census Bureau; Canadá: Statistics Canada; Reino Unido: Glennerster (2006).

A tabela mostra que o ritmo de queda da desigualdade no Brasil (0,7 ponto de Gini) só perde para a Espanha (0,9 ponto).

Também pode ser observado se for mantida a taxa de redução dos últimos cinco anos, o que é um grande desafio, o Brasil se posicionará no nível do México em seis anos, dos Estados Unidos em 12, e do Canadá em 24 anos.

No entanto o problema do crescimento das desigualdades que ocorre nos demais países, nas palavras de STIGLITZ parece não estar “na globalização em si, mas no modo como ela foi gerida. A economia tem impulsionado a globalização, especialmente por meio do barateamento das comunicações e dos transportes. Mas ela foi moldada pela política. As regras do jogo foram, em larga medida, estabelecidas pelos países industriais avançados – e, em particular, pelos interesses especiais dentro desses países – e eles moldaram a globalização para promover seus interesses próprios, o que não surpreende.”³².

O Fórum Social Mundial de 2004 antecedeu o Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde os líderes da economia mundial se reuniram para discutir novos rumos planetários. Entre os relatos ouvidos no painel sobre

³² STIGLITZ, 2007, pág. 63.

comércio, STIGLITZ³³ cita o de um indiano que dirigia um banco de micro crédito na Índia:

“Ele falou dos produtores de amendoim que não conseguiam competir com as importações de óleo de palma da Malásia. Contou que estava cada vez mais difícil para os pequenos e médios negócios obter empréstimos dos bancos. Isso não era surpresa. Em todo o mundo, os países que abriram seus setores bancários para os grandes bancos internacionais descobriram que esses bancos preferem negociar com outras multinacionais, com a Coca-Cola, IBM e Microsoft. Na competição entre grandes bancos internacionais e bancos locais, estes apareciam freqüentemente como perdedores, mas os verdadeiros perdedores eram os pequenos negócios locais que dependiam deles. A perplexidade de alguns ouvintes, convencidos de que a presença dos bancos internacionais seria indiscutivelmente melhor para todos, mostrou que esses empresários haviam dado pouca atenção a queixas semelhantes da Argentina e do México, que viram secar os empréstimos para as empresas locais depois que muitos de seus bancos foram comprados por bancos estrangeiros na década de 1990”.

Estas considerações concernentes à globalização remetem a uma reflexão sobre os caminhos que devem ser adotados pelos países sul-americanos frente aos efeitos nefastos sobre a população de um processo de desenvolvimento econômico regional sem regulamentação e assimétrico ainda mais quando são apresentadas por Joseph Stiglitz, um observador privilegiado que foi presidente do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente americano Bill Clinton (1995-1997), vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial (1997-2000) e finalmente prêmio Nobel de economia em 2001.

Fica evidente que analisar a globalização a partir de uma visão deturpada de que se trata de um processo consensual de alcance e inclusões mundiais só jogará para baixo do tapete as taxas crescentes de desigualdades sociais e econômicas que vem se acirrando. A mobilidade de capital, ao contrário do que se alardeava não tem gerado transferências significativas de

³³ STIGLITZ, 2007, pág. 65.

investimentos e empregos dos países desenvolvidos para aqueles em desenvolvimento.

O mundo globalizado esta caminhando rumo a uma cisão em que dois segmentos antagônicos se vislumbram: os ricos com tudo de bom que o dinheiro pode comprar e os miseráveis fadados a viverem a margem da sociedade, alijados de quaisquer redes de proteção social ou econômica. Nesta sociedade carterizada que transforma cidadãos em consumidores e comunidades em *shopping centers*, o miserável é um consumidor defeituoso, não desejável e, portanto descartável.

Um processo de integração regional orientado para um desenvolvimento sustentável que resgate a dignidade humana dos povos da América do Sul, visando promover o bem-estar e a segurança da população, bem como, projete o continente sul-americano no cenário internacional atenderia às expectativas dos países envolvidos e melhoraria as condições de comércio internacional do bloco, apesar das condições incipientes de estabilidade econômica e representatividade social da região o que em uma última análise vem impor a adoção de precaução ou minimizadores de risco aos principais atores envolvidos no modelo.

1.4 Segurança Pública, Modernidade e Desenvolvimento

A Segurança Pública está entre os problemas sociais que mais afligem os cidadãos sul-americanos nos dias de hoje. Este problema possui raízes complexas e por isso exige, para sua solução, ações diversificadas que envolvem entre outras coisas a melhoria da qualidade de vida da população. Por essa razão associamos quatro variáveis estratégicas ligadas à um processo de integração regional que possibilitaram, de maneira sustentável, esta melhora da qualidade de vida ao tempo em que propiciarão o necessário suporte para implementação da cooperação técnica internacional na área de segurança pública que será proposta neste trabalho.

Considerando que o desenvolvimento é o fim e a modernização o meio é correto afirmar que não se alcança o desenvolvimento político, social e econômico sem se modernizar os processos de produção e os meios de

serviço. Esta afirmação é comprovada historicamente quando se visualiza os processos ocorridos na Turquia de Kemal Atturk³⁴, que passou por um aceleração de seu desenvolvimento após uma revolução tecnológica que também exigiu toda uma renovação da mentalidade de suas elites e fração significativa de sua população.

Esta mudança calcada em modernização dos processos de produção e meios de serviço começa com o impacto da revolução científica e tecnológica, através da transformação do potencial em poder, de maneira mais clara, de recursos naturais em recursos econômicos.

Sob o aspecto político a modernização representa o aumento da capacidade de uma nação em mobilizar recursos através de instituições públicas e privadas propiciando o aumento dos níveis de participação, de organização e de benefícios sociais valendo-se do progresso cultural e tecnológico.

Dentro desta perspectiva não pode ser esquecida a importância de variáveis estratégicas como a matriz energética, a telemática, a logística e a educação.

Esta última de importância fundamental no progresso do conhecimento que se faz através da pesquisa básica e da aplicação desta pesquisa para produzir a tecnologia capaz de valorizar quantidades cada vez maiores de recursos naturais.

No entanto de nada serve uma ilha de desenvolvimento em meio a um mar de atraso e miséria neste ponto é digna de citação as palavras do barão de Rio Branco, em discurso proferido em 20 de abril de 1908:

“Não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura, da riqueza e do poder de nossa pátria que desejamos. É também a crescente prosperidade de todos os povos de nosso Continente.”³⁵

Partindo deste posicionamento será iniciada a transformação das regiões fronteiriças brasileiras em áreas de intercâmbio internacional atraindo

³⁴ Mustafá Kemal Atatürk (1881—1938) - fundador da República da Turquia, e seu primeiro presidente, admirador do iluminismo, deflagraram um ambicioso programa de reformas políticas, legais, culturais, sociais e econômicas transformando o recém criado Estado Turco em uma nação-Estado moderna, democrática e secular.

³⁵ Citado por MATTOS, 1977, pág. 17.

para elas, através de um bem orquestrado processo de integração regional, transportes, telemática, redes e sistemas de energia, população e serviços públicos que propiciarão o surgimento de uma nova personalidade continental.

Dentro deste espírito de integração regional e cooperação internacional e prevendo um melhor controle das fronteiras de cada país envolvido, que reflete na segurança continental como um todo, apresenta-se também um projeto de cooperação internacional na área de segurança pública de caráter integrador e fortalecedor dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais e humanos.

Esta iniciativa em políticas de segurança pública continental visa atender uma crescente demanda por segurança na periferia de grandes centros gerada pelas assimetrias socioeconômicas existentes internamente em cada país da América do Sul e entre os próprios países.

O fato motivador desta demanda está relacionado com o crescimento desordenado e assimétrico do desenvolvimento e das oportunidades de desenvolvimento que é o que justamente se procura equacionar com a formação de blocos econômicos. A questão que se coloca aqui é o que fazer para equacionar um desenvolvimento ordenado (as quatro variáveis propostas) e como gerenciar as demandas por segurança que ocorrerão enquanto este desenvolvimento se harmoniza. Carlos Alberto de Camargo explicita este quadro quando, em 1988, afirmou que:

“Por certo, a parcela maior das violações da ordem pública deve-se a fatores externos, ou sociais, como: o crescimento populacional acelerado; a má distribuição demográfica, resultante das migrações (inclusive internacionais), ocasionadas pela falta de infra-estrutura produtiva em algumas regiões; a distribuição inadequada de renda (coeficiente entre o maior e o menor salário), gerando miséria; a falta de planejamento familiar ou natalidade irresponsável, implicando o abandono das crianças (aumentará sensivelmente a criminalidade nas próximas décadas); o desemprego (política econômica); a infraestrutura deficiente em educação, saúde, saneamento básico, moradia etc.; o incentivo ao consumo pelos meios de comunicação (poder da TV); e a

decadência dos valores morais, redundando na falta de solidariedade, no consumo de entorpecentes e na violência própria das metrópoles³⁶.”

Qualquer tentativa de integração regional que desconsidere fatores que afetem a segurança pública das populações envolvidas é no mínimo temerária.

No entanto deve ser considerado que qualquer abordagem de alguma forma atrelada ao estudo da estratégia nacional esbarrará na cultura vigente do final do século XX onde predominou a visão liberal de mundo que restringia o espaço da ação planejada do Estado.

Deve ser considerado também que quando se fala em estratégia de nível nacional está inclusa a procura da inserção internacional de um Estado Nacional. Vale salientar que o planejamento, seja ele regional ou nacional ou continental envolve os mesmos critérios geográficos e econômicos adicionados de uma maior complexidade política dada pelos atores que passam a ser envolvidos.

³⁶ CAMARGO, 1998, pág. 109.

2. CONSIDERAÇÕES ESTRATÉGICAS

Existem três modalidades de contato quando se estuda uma estratégia que envolva homens ou sociedades humanas em uma ação coletiva, que são:

Cooperação – quando dois ou mais homens ou sociedade se associam em busca de um determinado objetivo;

Competição – quando dois ou mais homens ou sociedades perseguem um mesmo objetivo respeitando algumas regras já pré-acordadas;

Conflito – quando dois ou mais homens ou sociedades perseguem o mesmo objetivo não respeitando regras pré-estabelecidas.

O objetivo aqui é criar um ambiente de integração regional que jogue com essas estratégias considerando, para efeito deste trabalho, competição como um tipo de conflito mais civilizado, visto que obedece a regras pré-estabelecidas.

Neste contexto serão utilizados estes conceitos para estruturar estratégias de integração regional alicerçadas ainda em outro conceito, de natureza econômica, que é o de vantagens comparativas.

Vantagens comparativas são, segundo MANKIW, “comparação entre produtores de um bem com base em seus custos de oportunidade³⁷” este conceito aplicado às Relações Internacionais nos conduz ao entendimento do que KRUGMAN E OBSTFELD chamam de “essência das vantagens comparativas no comércio internacional: *o comércio entre dois países pode beneficiar ambos os países, se cada um produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas*³⁸”.

Será considerado ainda o conceito de **Pequenas Escalas Substituidoras de Importações** que em síntese são plantas de produção em escalas menores desenvolvidas através de incentivos ou de investimentos públicos para a substituição, quando se fizer necessária, de importações estratégicas, originadas do processo de integração regional. São chamadas de pequenas escalas por que apesar de dominarem o processo tecnológico e

³⁷ MANKIW, 2001, pág. 53.

³⁸ KRUGMAN E OBSTFELD, 2001, pág. 15.

possuírem disponibilidade de recursos para a substituição de importação não possuem vantagem competitiva ou vantagem estratégica na sua produção em grande escala.

Neste ponto torna-se necessário evidenciar a importância da análise estratégica e do respeito aos interesses nacionais como critério maior para política externa brasileira de longo prazo, principalmente quando aplicada ao processo de integração regional, que não pode ficar significativamente à mercê de governos estrangeiros oportunistas e populistas que ameacem os interesses nacionais.

Esta posição está bem sintetizada por KISSINGER quando cita, de sua própria autoria e de sua equipe, trecho do documento conhecido como Primeiro Relatório Anual ao Congresso sobre a Política Externa dos Estados Unidos para a Década de 1970, datado de 18 de fevereiro de 1970:

“O objetivo, em primeiro lugar, é apoiar nossos *interesses* de longo prazo com uma política exterior sólida. Com esta política, baseada numa avaliação realista dos nossos interesses, e dos outros, nossa ação no mundo será mais eficaz. Não estamos envolvidos com o mundo porque temos compromissos; temos compromissos porque estamos envolvidos. Nossos interesses devem moldar os nossos empreendimentos, não o contrário³⁹.”

Alguns dos interesses brasileiros constam inclusive da Constituição Federal, em seu artigo quarto, parágrafo único e são totalmente pertinentes a este trabalho:

“A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Outros são vistos por COUTO E SILVA como pertinentes à segurança nacional:

“Mas, nem tão discordantes são, na realidade, as necessidades da segurança nacional e as do progresso e bem-estar do país. Afora as amplas possibilidades de inversões em muitos empreendimentos bivalentes, sempre preferíveis no caso de paridade dos outros fatores, o que mais está a

³⁹ KISSINGER, 2001, pág. 776.

segurança nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é, sobretudo, a ampliação de nossa infra-estrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente evolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos – objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social⁴⁰.”

Sob esta ótica os interesses nacionais brasileiros e os interesses dos demais países sul-americanos parecem convergir.

Como vantagens estratégicas da integração regional para o Brasil e para os demais países da América do Sul podem ser enumerados:

- o domínio da massa territorial sul do Hemisfério Ocidental;
- o domínio do Atlântico Sul e de suas ligações com o Índico e com o Pacífico Sul;
- a projeção sobre a África Ocidental, América Central, Caribe e Oceania.

Para que estas vantagens estratégicas sejam alcançadas o projeto de integração regional está apoiado nos seguintes objetivos compartilhados:

- consolidação das instituições democráticas;
- esvaziamento de qualquer alternativa regional de balança de poder através do fortalecimento e da integração da segurança estratégico-militar regional;
- inserção competitiva no mundo, pela maior escala de produção, através do fortalecimento do mercado regional;
- minorização de riscos de desestabilização por parte de inimigos internos (dentro do Brasil e da América do Sul). Isto pode ser alcançado por meio de um combate efetivo à criminalidade organizada, à violação dos direitos humanos e aos crimes ambientais. Envolveria investimentos maciços em reaparelhamento e treinamentos das polícias dos estados e da União no caso do inimigo interno no Brasil. E no caso do inimigo interno na América do Sul seriam necessários investimentos em cooperação internacional intrabloco, onde o Estado brasileiro teria um

⁴⁰ COUTO E SILVA, 2003, pág. 313.

papel particularmente relevante dada à experiência acumulada na implantação de sistemas integrados para as polícias brasileiras (CINTEPOL-BRASIL) na prevenção e repressão aos delitos desestabilizadores já mencionados;

- a construção de uma articulação equilibrada e realista entre os países que integram a Bacia Amazônica visando o desenvolvimento auto sustentável e a preservação dos recursos naturais dos seus 7.350.621 de km², cerca de 35% da América do Sul, dos quais 67,79% corresponde a território brasileiro o que só faz aumentar a responsabilidade do país na proposição da correta exploração destes recursos⁴¹.

Em verdade a posição ideal frente aos vizinhos de continente deve ser de um país protagonista regional e necessário tanto para a mediação de interesses conflituosos pertinentes à América do Sul como de vetor de desenvolvimento econômico-social para o continente. O que em outras palavras significa que o Brasil só seria alçado ao lugar de destaque que a vocação geopolítica lhe impõe se, na promoção de seus interesses nacionais forem viabilizados a consecução dos interesses nacionais dos demais países que compõe o continente.

Para que o casamento desses interesses se desenvolva de forma favorável ao Estado brasileiro se faz necessária a busca de uma posição de integração regional sem que a mesma resulte em dependência econômica.

O propósito é criar um modelo que permita ao Estado brasileiro participar de um processo de integração sul-americano através de intervenções adequadas sobre um espaço (a América do Sul) e a um determinado de tempo (este dependendo do grau de desenvolvimento das plantas mínimas).

⁴¹ Fonte: FERRAZ, 1994, pág. 166.

3. ANÁLISE POLÍTICA SITUACIONAL DA INTEGRAÇÃO

O projeto estruturalista da CEPAL que privilegiava a cooperação econômica e o desenvolvimento dos membros evoluiu para um projeto orientado para uma regionalização voltada à globalização (regionalismo aberto), amparado pela institucionalidade intergovernamental de concepção estadocêntrica, que norteou os primeiros passos significativos do Mercosul.

Este posicionamento, em contraposição à proposta neoliberal foca em fortalecimento do Estado como indutor de desenvolvimento e no aumento do poder regulatório de instituições supraestatais.

Com todas as dificuldades inerentes à criação de um espaço regional que articule os interesses conflitantes entre os dois maiores parceiros, Brasil e Argentina, ao tempo em que atenda as necessidades dos outros Países-membros e associados de menor desenvolvimento relativo, o projeto de integração regional tem colecionado vitórias significativas, criando condições e oportunidades, na medida do que é possível para um bloco com tão pouco tempo de existência, e gerando fatos portadores de futuro para que todos possam atingir seus objetivos e assegurar seus interesses nacionais.

A criação de um subsistema internacional de características internas e externas bem definidas, que permitem sua clara identificação é uma destas vitórias. E tem gerado interdependências, inter-relações e políticas comuns, que acabaram gerando uma transformação na economia intra-regional, que passou da ordem de US\$ 2 bilhões, em 1991, para uma economia de estatura dez vezes maior, em torno de US\$ 20 bilhões, no ano de 2000⁴². Isto sem falar na conseqüente aproximação entre os setores sociais dos países participantes, resultado desta maior interação.

Os maiores desafios do projeto de integração estão sendo vencidos paulatinamente como, por exemplo, a falta de institucionalização da participação política dos diferentes setores sociais e a lentidão na criação mecanismos que permitam a homogeneização e harmonização de toda a

⁴² COSTA, DARC, 2003, pg. 32.

legislação pertinente à formação de um bloco e das políticas macroeconômicas que permitirão um maior incremento aos investimentos necessários.

Em razão desses avanços uma onda de entusiasmo entre os países sul-americanos se alastrou e acabou criando uma vertente integracionista mais ampla, que objetiva unir toda a América do Sul. Em dezembro de 2004, foi assinado na cidade de Cuzco, no Peru, o acordo que visa à criação da Comunidade Sul Americana de Nações (CSN), constituída por todos os países sul-americanos, excluía a Guiana Francesa.

A CSN, hoje Unasul⁴³, surgia no cenário internacional com números de respeito:

- PIB de US\$ 2,5 trilhões em 2006;
- mais de 360 milhões de habitantes, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe⁴⁴ - Cepal e;
- 17 milhões de quilômetros quadrados de território.

Em seu bojo o acordo trata da tão almejada Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana – IIRSA, além do acordo comercial entre a Comunidade Andina – CAN e o MERCOSUL, bem como do comprometimento dos países membros para a manutenção de um diálogo político permanente.

Os países que compõem a América do Sul poderiam aumentar em pouco tempo seu intercambio comercial em todas as linhas de produção se dessem preferência total ao comércio intra-regional. Para esse fim será criado o Banco do Sul que ficará responsável pela política monetária e os projetos de desenvolvimento de finanças apropriadas a esta ação. Desta maneira as indústrias poderiam funcionar a pleno, reduzindo sua capacidade ociosa, cobrindo as necessidades efetivas do bloco regional e reativando o parque industrial.

Este reaquecimento do parque industrial geraria mais empregos e um aumento da produção que beneficiaria todos os países do processo de integração e, em pouco tempo, este comércio intra-regional poderia ser duplicado, o que significaria que 50% do comércio exterior total dos países

⁴³ Em 16 de abril de 2007 o nome da CSN viria a ser alterado para União de Nações Sul-Americanas – Unasul, em português, e Unión de Naciones Suramericanas – Unasur, em espanhol.

⁴⁴ Citado na reportagem do Jornal Estado de São Paulo online disponibilizada sexta-feira, 23 de maio de 2008, às 14h02min: www.estadao.com.br/noticias/nacional,entenda-o-que-e-a-unasul,177075,0.htm.

membros seria redirecionado para comércio intra-bloco. Esta cifra poderia, segundo estimativas SBEF, chegar a impressionantes 75%, superando o nível de integração do comércio da União Européia.

Neste contexto ampliado de integração regional se faz mister cuidadosa análise do processo de inserção do Brasil, no que tange à sustentabilidade de um processo que interessa a todos os envolvidos e vise à integração de economias tão assimétricas e interesses tão variados, como dos riscos que envolvam interesses comerciais e objetivos nacionais brasileiros.

Também devem ser observadas as implicações inerentes a este processo no que tange a população e as políticas de segurança pública procurando visualizar um cenário que permita aos Estados anteciparem e minorizarem as conseqüências indesejáveis do efeito de atração migratória e crescimento dos índices de criminalidade que o surgimento de pólos de desenvolvimento acelerado tende a gerar.

No entanto não é difícil de visualizar, em que pese a assimetria socioeconômica dos países envolvidos, que a complementaridade das economias reduziria sensivelmente a dependência e a vulnerabilidade do Brasil e do bloco regional, melhorando consideravelmente a qualidade de vida da população. Em verdade os princípios adotados inicialmente para o Brasil na construção do modelo de integração regional, podem ser aplicados quando da inserção internacional do bloco sul-americano, se orientando na medida do possível pela busca da auto-suficiência.

Abaixo reproduzo tabelas que corroboram com números o nível de auto-suficiência do continente sul-americano.

Nível de auto-suficiência da América do Sul
US\$ milhões FOB (porcentagens)

Superior a 80%		Inferior a 20%	
Alimentos		Minerais	
Cereais	123	Carvão coque	40
Carnes	123	Cromo	73
Peixe e mariscos	188	Titânio	*
Leite e derivados	105	Tungstênio	*
Frutas e verduras	115		
Energéticos		Matérias-primas	
Petróleo cru	142	Rocha fosfórica	45
Petróleo refinado	100	Potássio	*
Minerais		Soda Cáustica	73
Minério de ferro	257		
Minério de cobre	128	Produtos Básicos	
Bauxita	183	Fertilizantes	70
Manganês	161	Pesticidas	45
Enxofre	97	Medicamentos	30
Metais básicos		Cimento	100
Ferro e aço	100	Fibras Sintéticas	85
Cobre	282		
Alumínio	120	Manufaturados	
Chumbo	123	Máquinas e equipamentos	50
Zinco	104	Automóveis e caminhões	70
Estanho	114	Têxteis	105
Níquel	100		

*Auto-suficiência inferior a 10%

Fontes: ONU, BIRD e estimativas da SBEF, citados por COSTA, DARC, 2003.

Esta tabela ajuda a concluir que a América do Sul quando considerada como uma só economia tem um alto índice de auto-suficiência em recursos naturais e capacidade produtiva. Adicionando-se a isto o fato de que as economias dos países têm um índice de complementaridade alto é possível afirmar que, se a integração econômica estivesse num estágio mais avançado, o bloco poderia atuar com maior autonomia em relação ao resto do mundo.

3.1 O Dogma da Soberania

O já citado artigo quarto, parágrafo único da Constituição brasileira nos poupa de discutirmos se as aspirações contemporâneas do povo brasileiro se posicionam a favor de um projeto de integração que “buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

No entanto a questão finalística da soberania deve ser exercida em nome e no interesse do povo dentro de termos muito bem delineados que a expressão “buscará” deixa perigosamente vaga. Conquanto que certamente não afirme “buscará a qualquer preço” alguns defensores do processo de integração cego parecem querer acreditar que sim.

Foi a partir do Tratado de Westfália que o direito internacional começou a trabalhar com a noção de Estados independentes. A própria concepção moderna de Estado é relativamente recente e é atribuída a MACHIAVELLI (1469-1527) quando afirma que: “Todos os Estados existentes e que já existiram são e foram repúblicas ou monarquias.”

De acordo com os princípios defendidos pelo Tratado de Westfália os governos eram iguais e soberanos, coexistindo no plano mundial. O conceito de soberania visava consolidar a territorialidade do Estado, e começava a ser considerado como elemento essencial do Estado moderno, no entanto contemporaneamente e externamente falando, a soberania é considerada como uma qualidade do poder, que por arbítrio do Estado, pode ou não ser ostentada, e por isso adquire um caráter relativo. O que de certa forma procura

acomodar o conflito que se agravava entre a noção de soberania, tomada ainda em termos absolutos, com a ordem internacional.

O aprofundamento democrático das sociedades e interdependência que se estabelece contemporaneamente entre os Estados indica uma relação crescente entre as idéias de soberania e de cooperação jurídica, econômica e social.

Se considerarmos que o conceito de Nação se origina no direito natural e o de Estado é criação da vontade humana, caracterizando ainda que o Estado não tenha autoridade e nem finalidades próprias, sendo uma síntese dos ideais daqueles que representa, podemos concluir que o Estado é o órgão executor da soberania nacional e que a soberania provém da realidade humana.

Esta conclusão é importante porque podemos afirmar que a soberania é limitada pelos princípios de direito natural, pelos direitos dos grupos particulares que compõe o Estado e pelos imperativos da coexistência pacífica dos povos encontrando fronteira não só nos direitos da pessoa humana, como nos grupos e associações do âmbito interno e externo. Isto acaba forçando a coexistência pacífica dos poderes soberanos de cada Estado, pois que soberano é o cidadão e não o Estado, nesta mesma direção cabe salientar a importância deste conceito quando da garantia da manutenção da participação democrática do cidadão frente a eventuais arbitrariedades praticadas por seus governantes que firmam os direitos e a dignidade da pessoa humana.

A esta visão acrescentamos o princípio da subsidiaridade da soberania expresso no já citado Tratado de Maastricht em seu Art. 3º-B⁴⁵:

A Comunidade atuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas e dos objetivos que lhe são cometidos pelo presente Tratado.

Nos domínios que não seja das suas atribuições exclusivas, a Comunidade intervém apenas de acordo com o princípio da Subsidiariedade, se e na medida em que os objetivos da ação encarada não possam ser suficientemente realizados

⁴⁵ Fonte sítio oficial do Parlamento Europeu:
www.europarl.europa.eu/search/simple/perform.do?language=pt&query=Tratado+de+Maastricht

pelos Estados membros, e possam, pois, ser mais bem alcançados a nível comunitário.

A ação da Comunidade não deve exceder o necessário para atingir os objetivos do presente Tratado.

De onde se infere que só deverá existir interferência estatal ou supra-estatal quando as instâncias inferiores não conseguirem executar ou precisarem de auxílio para fazer melhor as ações que visem o bem comum.

O que reforça o conceito de uma cidadania comunitária continental sul-americana.

É neste sentido de defender a integridade, os direitos e a dignidade do cidadão brasileiro, em primeira estância, e do cidadão sul-americano em um segundo momento que propomos o processo de integração regional aqui descrito.

3.2 A necessidade de um modelo

O Brasil vive hoje um momento bastante peculiar de sua história política. Este momento se caracteriza pelo surgimento de um novo nível de relacionamento político antes dividido entre política doméstica e internacional.

O novo nível denominaremos de política intra-bloco, pois que se desenvolve no interior do processo de integração regional e se distingue da política internacional por também possuir características de política doméstica.

Uma característica importante é que a política intra-bloco visa a melhora do bem-estar social dos povos integrados o que esta além de uma relação comercial entre países, isto por que os efeitos das ações não deveriam em tese piorar o estado atual em que se encontram os países integrados.

Outra igualmente importante característica se projeta no campo jurídico. O processo de integração requer instrumentos que viabilizem a segurança jurídica na solução de disputas a fim de contornar, evitar, amenizar, eliminar ou compensar as conseqüências de atos unilaterais que possam restringir o comércio ou favorecer determinados atores em detrimento de outros.

Da mesma forma a expansão do alcance de uma política de direitos humanos comum e homogênea para os povos da América do Sul, aqui materializada em políticas comuns de segurança pública, se faz na esteira da vertente econômica do processo de integração regional viabilizando a sua efetiva aplicação pelas instituições nacionais e supranacionais impactando significativamente e positivamente no modo de se pensar as ações para a segurança e o desenvolvimento do continente.

Ou seja, o processo de integração regional funcionando como meio disseminador de boas práticas para todos os Estados membros de forma a nivelar “por cima” as assimetrias socioeconômicas.

Por outro lado estas três dimensões (doméstica, intra-bloco e internacional) se unificam quando analisamos a seguinte passagem do pensamento de Giddens:

“Os sistemas sociais são feitos de ações e relacionamentos humanos; o que lhes dá esses padrões é a sua repetição por períodos de tempo e distância de espaço [...] Devemos compreender as sociedades humanas como edifícios que são reconstruídos a todo o momento pelos próprios tijolos que os compõem. Todas nossas ações são influenciadas pelas características estruturais das sociedades nas quais crescemos e vivemos. Ao mesmo tempo, recriamos (e, até certo ponto, alteramos) essas características com nossas ações⁴⁶.”

GRIFFITHS⁴⁷ reconhece ainda a existência de dois tipos de recursos sociais na obra de Giddens, os alocativos e os autoritativos. Recursos alocativos são basicamente econômicos e materiais e recursos autoritativos (social-políticos) são os que sustentam a distribuição desigual de recursos alocativos na sociedade.

Partindo destes conceitos, Giddens considera capitalismo como:

“um tipo novo de sistema de classes no qual a luta de classes

⁴⁶ Anthony Giddens, *Sociology*, 2ª Ed., Cambridge, Polity Press, 1993, pág. 18, citado por GRIFFITHS, pág. 336.

⁴⁷ GRIFFITHS, pág. 337.

predomina, mas também em que a classe dominante [...] não tem, nem precisa ter, acesso direto à força para sustentar seu governo⁴⁸.”

Em síntese só no capitalismo é que as relações centrais de poder em geral se sustentam com o domínio de recursos alocativos enquanto que nas sociedades não-capitalistas a base do poder se constitui no domínio dos recursos autoritativos.

Um processo de integração regional na América do Sul que não prejudique o Brasil passa necessariamente pela construção de um ambiente nacional de estabilidade democrática e respeito aos Direitos Humanos (políticas de segurança pública), de robustez econômica (auto-suficiência) aliada a recursos materiais (recursos naturais), recursos materiais instalados (energia, telemática, logística) e recursos humanos especializados (educação) que permitam ter o domínio dos recursos alocativos e com isso exercer plenamente sua condição de alavancador regional e por extensão projetar o continente sul-americano no cenário internacional.

Outra consequência decorrente e desejável é a consolidação efetiva das instituições democráticas que tendem a se desenvolver em ambientes onde organismos supranacionais, mecanismos de cooperação e o comércio internacional estejam presentes.

É neste sentido que propõe-se uma abordagem de um processo de integração favorável a todos, e que acima de tudo não prejudique a nação brasileira. Para isso o modelo visa, não só ser um mecanismo de apoio à decisão governamental (recursos autoritativos) como deixar transparente para a sociedade brasileira (recursos alocativos), como fiscal que é das ações do governo, as motivações dos investimentos. Investimentos que devem ser feitos daqui para frente nas cinco áreas escolhidas (energia, telemática, logística, educação e Segurança Pública) no desenvolver do processo de construção de um bloco continental.

⁴⁸ Anthony Giddens, *A contemporary critique of historical materialism*, Vol. 2, *The Nation-State and violence*, Cambridge, Polity Press, 1985, pág.1, citado por GRIFFITHS, pág. 338.

3.3 CINTEPOL - Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica

Diante da amplitude e complexidade do desafio de criar uma solução para o problema da criminalidade ao tempo em que se proporcionasse a modernização e qualificação da atividade de Segurança Pública para melhorar as demandas crescentes da sociedade por segurança, delineou-se os contornos de uma estrutura que funcionasse, antes de tudo como, como um disseminador de boas práticas fundando as bases de uma cultura moderna apoiada no planejamento operacional, na atividade de Inteligência e na análise criminal (monitoramento de crimes) visando a identificação e neutralização das ações do crime organizado através do uso intenso de tecnologia.

A esta estrutura denominada Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL-Continental) caberá a coordenação e operacionalização desta Política de Segurança Pública para América do Sul por meio Tratados de Cooperação Técnica.

A cooperação interna entre os órgãos institucionais nacionais nas três esferas (municipal, estadual, federal) que constituem o CINTEPOL-Nacional são o primeiro estágio de uma proteção efetiva contra a criminalidade organizada e seu efeito desestabilizador. No entanto com a Globalização as afrontas a estabilização nacional passam a ser capitaneadas por instituições ou organizações multinacionais que, a semelhança de uma empresa internacional, possui estrutura hierarquizada e organizada com base na divisão de tarefas distribuídas por diferentes territórios nacionais e que promovem entre suas congêneres associações, acordos de colaboração eventual, divisões de mercado, concedendo-se reciprocamente apoio logístico. Acrescenta-se a isto outra característica importante da criminalidade organizada que é a sua capacidade de aterrorizar, paralisar, e corromper os aparelhos judiciário e político, infiltrando-se em todas as esferas do poder público.

Um sistema de Inteligência integrado, CINTEPOL-Continental, melhorará significativamente o fluxo de informações sensíveis e relevantes para a segurança pública transformando-se em um instrumento de distribuição de conhecimento e disseminação de doutrina de inteligência policial para o

combate efetivo da criminalidade organizada (inteligência tática), incrementando significativamente a investigação criminal que, como parte integrante da persecução penal, destina-se à produção de provas sobre o crime e sua autoria. Desta forma serão eliminadas as restrições espaciais e fronteiriças do conhecimento hoje existentes, criando um instrumento estratégico de cooperação internacional, fortalecendo a percepção do contexto, ampliando a visão sistêmica e conseqüentemente a eficiência dos instrumentos de gestão da segurança na formulação de políticas de prevenção e combate à criminalidade (inteligência estratégica) nos níveis municipal, estadual, federal, continental e intercontinental⁴⁹.

Os objetivos do CINTEPOL são a Cooperação Técnica e Operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, bem como planejamento e desenvolvimento institucional.

Dentro do escopo proposto constituem potenciais partícipes de Termos de Cooperação Técnica e Operacional com o CINTEPOL o grupo de órgãos públicos e privados detentores de bancos de dados de interesse público, sob aspecto da investigação e da instrução processual.

Caberá aos partícipes os compromissos de estimular e implementar ações conjuntas, somando e convergindo esforços, mobilizando suas unidades, agentes e serviços, assim como outras entidades que manifestem desejo de atuar em parceria, com vistas à consecução dos objetivos.

As metas a serem atingidas pelo CINTEPOL são as seguintes:

- a) integrar bases de dados corporativas;
- b) compartilhar ferramentas aplicadas à obtenção, reunião, análise e difusão de dados;
- c) compartilhar experiências profissionais, técnicas, e equipamentos de inteligência policial;
- d) realizar intercâmbio técnico e operacional;
- e) promover desenvolvimento técnico, e capacitar e treinar servidores;

⁴⁹ A dimensão intercontinental será dada inicialmente pelo CINTEPOL-CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

- f) realizar ações integradas e/ou conjuntas voltadas à segurança pública;
- g) estabelecer e aplicar rotinas e procedimentos padronizados de atuação;
- h) estabelecer doutrina de inteligência policial;
- i) compartilhar gerenciamento de crises;
- j) realizar planejamento estratégico conjunto;
- k) projetar cenários prospectivos voltados à segurança pública.

No Estado brasileiro o CINETEPO- BRASIL foi instituído pela Portaria nº 200/2008-DG/DPF de 14 de abril de 2008, com a finalidade de integrar os sistemas aplicados à obtenção, reunião, análise e difusão de conhecimento para toda atividade destinada à produção de prova para a investigação policial e assessoria estratégica e ao armazenamento de dados de operações policiais, além de garantir a aplicação de procedimentos padronizados e possibilitar o gerenciamento de crises, otimizando a aplicação de recursos humanos e materiais, dedicados às ações de inteligência policial e de instrução processual.

4. MODELANDO O PROCESSO

O modelo proposto é, em síntese, uma variação do que, em teoria dos jogos, é chamado Caça ao Cervo.

Este jogo, que bem poderia ser chamado de dilema do contrato social em referência ao contrato que os indivíduos fariam, implicitamente, para viver em sociedade, onde estes mesmos indivíduos definiriam seus direitos e deveres de forma a tornar possível sua convivência, competindo ao Estado a garantia do cumprimento do contrato social, será fundamental para o entendimento do modelo.

O jogo trata da caça ao cervo, um animal de grande porte, rápido e ágil, de tal maneira que apenas um caçador não seria suficiente para caçá-lo.

Em poucas palavras, para que se obtivesse sucesso em uma caçada seria necessária a cooperação de um ou mais caçadores.

Os procedimentos que os caçadores devem adotar, no caso, serão apenas dois, para simplificar. Consiste em que cada caçador ocupe uma posição no bosque e mantenha sua atenção focada no cervo.

O dilema se materializa na possibilidade que existe de que cada um dos caçadores aproveite o seu tempo de espreita no bosque para caçar uma lebre. Ora, a atividade de caçar a lebre é muito mais fácil e rápida de ser executada do que a atividade de caçar o cervo, podendo ser executada com êxito por um único caçador em um tempo muito menor. No entanto deve-se observar que a lebre também é uma caça de menor valor (menor quantidade de carne). Para efeito de utilização no exemplo terá o valor de $1/3$ do valor de $1/2$ cervo, já que no caso do cervo ele será dividido entre os dois caçadores o que não ocorre com a lebre, que não precisará ser dividida entre os caçadores, já que é resultado da atuação de um único caçador.

Se os caçadores cooperarem eles conseguirão caçar o cervo e com isso obterão uma metade cada um do cervo (recompensa de 3 para cada um), mas, se um deles optar por abandonar seu posto para caçar uma lebre com êxito (recompensa de 1), o outro que permaneceu vigiando o cervo não conseguirá materializar o seu intento desperdiçando seu tempo e não obtendo nenhum resultado (recompensa de 0). Por outro lado se os dois caçadores

abandonarem os postos para caçarem lebres, com êxito cada caçador obteria uma recompensa menor que meio cervo (recompensa de 1 para cada um).

Cada uma das ações dos caçadores pode ser representada em sua forma estratégica na tabela abaixo:

Caçador A	Caçador B	
	Cervo	Lebre
Cervo	3,3	0,1
Lebre	1,0	1,1

Forma de apresentação: (ação Caçador A, ação Caçador B)

Na tabela acima, se pode observar que existem duas situações em que as combinações de estratégias dos caçadores A e B resultam na melhor resposta possível de um caçador para a ação de outro caçador.

Estas combinações de estratégias são aquelas (Cervo, Cervo) e (Lebre, Lebre) o que nos remete a outro conceito, chamado de equilíbrio de Nash, que nada mais é que uma combinação de estratégias em que, cada estratégia é a melhor resposta possível às estratégias dos demais jogadores, sendo isto verdade para todos os jogadores.

Outro conceito que se pode vislumbrar no exemplo é de ótimo de Pareto. Para isso deve-se abordar o significado de melhoria paretiana, que em síntese, ocorre quando, pelo menos um agente melhora, sem que a situação dos outros agentes piore. Ótimo de Pareto ocorreria quando não é possível melhorar a situação de um agente, ou seja, chegou-se a uma situação em que não é mais possível existir ganhos de eficiência, respeitando as condições acima mencionadas para melhoria paretiana. Isto ocorre na situação (Cervo, Cervo).

O jogo de Caça ao Cervo pode ser aplicado a uma situação que envolva uma sociedade comercial ou outro tipo de associação em que:

- o melhor resultado depende da cooperação de todos;
- se um dos agentes buscar um resultado imediato voltado, unicamente, para o seu ganho individual, todos os outros que,

porventura, se mantiverem fiéis ao que foi acordado restarão prejudicados;

- se todos os agentes buscarem um resultado imediato voltado para seu ganho individual, seus ganhos serão também imediatos e significativamente menores.

Como se observa o modelo é uma variação do jogo de Caça ao Cervo e se dá durante o processo de integração regional, onde na posição de Caçador “A” será colocado Brasil e na posição de Caçador B será colocado qualquer dos países da América do Sul que se pretenda integrar. Na condição de Cervo será colocado Integrar e na condição de Lebre será colocado Não Integrar, como pode ser visto na tabela abaixo:

Projeto de Integração Energética – Gás boliviano (valores arbitrários)

Brasil	País da América do Sul	
	Integrar	Não Integrar
Integrar	3;3	0;1
Não Integrar	1;0	1;1

Forma de apresentação: (Brasil, País)

Todas as conclusões tiradas no jogo de Caça ao Cervo se aplicam aqui da mesma forma. Mas, para que se crie um mecanismo de minimização de riscos devem-se adotar medidas que visem aumentar a auto-suficiência. O artifício utilizado é de manutenção de plantas mínimas de produção que visem, mesmo sem vantagem comparativa, manter atualizado o domínio tecnológico de um recurso disponível para uma eventual substituição que minimizaria os danos por um eventual corte de fornecimento, seja por calamidade pública, por instabilidade política ou qualquer outro motivo.

Para isso foram adotados os valores abaixo conforme:

SITUAÇÃO ATUAL	BRASIL
Vantagem Comparativa - VC	0
Domínio Tecnológico - DT	1
Disponibilidade do Recurso- DR	1
Possibilidade de Substituição - PS	0

0 não atende, 1 atende.

Esta auto-suficiência será medida pela média aritmética das quatro variáveis consideradas, aplicadas a cada projeto de integração das variáveis estratégicas conforme a fórmula de Coeficiente de Plantas Mínimas (CPM) abaixo:

$$CPM = \frac{VC + DT + DR + PS}{4}$$

Aplicando-se os valores da tabela na fórmula o resultado ficaria assim:

$$CPM = \frac{0 + 1 + 1 + 0}{4} = 0,5$$

Aplicando o coeficiente CPM às posições não integrar teremos:

Brasil	País da América do Sul	
	Integrar	Não Integrar
Integrar	3 ; 3	0 + CPM; 1
Não Integrar	1 ; 0	1 ; 1

Forma de apresentação: (Brasil, País).

Na tabela os números ficariam assim:

Brasil	País da América do Sul	
	Integrar	Não Integrar
Integrar	3 ; 3	0,5 ; 1
Não Integrar	1 ; 0	1 ; 1

Forma de apresentação: (Brasil, País).

Pode-se observar que a tabela do jogo da Caça ao Cervo possui dois equilíbrios de Nash e que na tabela de Projetos de Integração, depois de aplicado o Coeficiente de Plantas Mínimas no quadrante da opção (Integrar, Não integrar) resta um resultado positivo diferente de “0” na posição Brasil. O Ótimo de Pareto continua existindo na posição (Integrar, Integrar), visto que as plantas de auto-suficiência, anteriormente descritas, não influenciariam significativamente no resultado devido a sua escala.

Em um segundo momento com o incremento da produção imprimido às Plantas Mínimas em função da atitude do país da América do Sul de abandonar a integração a tabela estabilizaria rapidamente da seguinte forma:

Brasil	País da América do Sul	
	Integrar	Não Integrar
Integrar	3 ; 3	1 ; 1
Não Integrar	1 ; 0	1 ; 1

Forma de apresentação: (Brasil, País).

Desta forma a tabela apresentaria três equilíbrios de Nash minimizando os riscos do processo de integração para o Estado brasileiro. Vale salientar que os valores foram escolhidos arbitrariamente e que as plantas mínimas cumpririam também um papel regulador dos preços, tanto a favor do Brasil, como do outro país, conforme ilustrado no exemplo abaixo retirado da obra de FIANI, pg. 97 (com pequenas alterações).

“Equilíbrio de Nash no Mercado Internacional de Petróleo?”

Em seu artigo “Na Economic Analysis of Aspects of Petroleum and Military Security in the Persian Gulf” (*Contemporary Economic Policy*, vol. 19, n. 4, October 2001, p. 371-381), Duane Chapman e Neha Khanna propõem explicar a estabilidade do preço internacional do petróleo entre 1986 e 1999, quando este se situou de forma estável entre US\$15 e US\$20.

Os autores afirmam que o custo de produção do petróleo nos países produtores de baixo custo (Arábia Saudita e Iraque, principalmente) muito provavelmente se situa em torno de US\$5. Assim, se o mercado internacional de petróleo fosse um mercado competitivo no período por eles analisado, o preço se situaria pouco acima desse valor.

Por outro lado, pelos cálculos de Chapman e Khanna, se o mercado fosse um mercado oligopolizado, o preço internacional do petróleo se situaria em torno de US\$30. No entanto, o preço se manteve por todo aquele período em um valor intermediário entre o preço competitivo e o preço de oligopólio.

Chapman e Khanna apresentam uma explicação para essa estabilidade. Segundo eles, essa faixa de preço que se manteve estável entre US\$15 e US\$20 corresponderia, no período que vai de 1986 a 1999, a *um equilíbrio de Nash*: uma situação em que nenhuma parte conseguiria melhorar sua situação alterando sua estratégia. De acordo com Chapman e Khanna, esse equilíbrio de Nash era a melhor resposta possível tanto para os países desenvolvidos quanto para os países produtores do Oriente Médio.

Para os países desenvolvidos, a faixa de preço entre US\$15 e US\$20 representava um preço suficientemente alto para evitar que a produção nos Estados Unidos e no Mar do Norte fosse abandonada, sem ser tão elevado a ponto de gerar uma inflação indesejável. Segundo Chapman e Khanna, o custo da

produção de Petróleo nos Estados Unidos e no Mar do Norte é pelo menos três vezes maior do que para um produtor do Golfo Pérsico de baixo custo, e um preço do petróleo nesse nível inviabilizaria a produção nessas áreas, além de aumentar o consumo e com isso a dependência desses países.

Já para os países produtores, um preço do petróleo entre US\$15 e US\$20 seria suficientemente aprazível para financiar seus gastos militares, dada a instabilidade da região. Um preço mais elevado enfrentaria resistência dos países desenvolvidos, e um preço mais baixo não permitiria a esses países investirem o necessário em seu poder de “*détérrance*.”

4.1 Variáveis Estratégicas Consideradas

Optamos por visualizar variáveis (energia, telemática, transporte e educação) em detrimento de outras possíveis por entendê-las como fundamentais na condução da política de Estado a ser adotada e porque o poder público detém maior controle sobre as mesmas e também por as mesmas interagirem com o projeto de cooperação em segurança pública de modo direto (educação) e indireto (demais variáveis e seus efeitos sobre a formação de bolsões de desenvolvimento acelerado).

Somado a isto a posição geográfica brasileira privilegiada, no centro do continente, o que permite ao país funcionar como viabilizador e disseminador de desenvolvimento para seus vizinhos, criando a possibilidade de dividir os custos de implantação e implementação das variáveis: energia, telemática e logística.

4.2 Energia

Energia é das variáveis a de primeira grandeza devido ao grau de influência que exerce sobre todas as outras. Seja na logística com aplicação na armazenagem, nos transportes (ferrovias, metrô, bondes e etc.), seja na

telemática a sua importância é indiscutível inclusive como solução articulada com o projeto físico de infra-estrutura logística, viabilizando a instalação de redes de cabos óticos e redes de microondas. E claro, na educação sua função é fundamental principalmente em tempos de inclusão digital.

Os países da América do Sul são muito bem providos de combustíveis energéticos e foi justamente no campo da energia que a região conseguiu seus maiores avanços nos últimos vinte anos.

Para citar os mais expressivos:

- domínio do ciclo nuclear completo (obtido pela Argentina e pelo Brasil);
- construção da represa de Itaipu (Brasil e Paraguai);
- domínio tecnológico da prospecção e exploração de petróleo em águas profundas (Petrobrás do Brasil).

No entanto se faz necessário um investimento maciço na matriz energética para que este não seja o gargalo que impossibilite o crescimento da região. Para isso vários processos de integração energética deverão ser desenvolvidos, bem como, novas tecnologias alternativas de produção e economia de energia.

A América do Sul possui abundantes reservas de:

- petróleo na Venezuela;
- de gás natural no Peru, na Bolívia e na Argentina;
- de carvão na Colômbia e no Brasil;
- de urânio e tório na Argentina, na Colômbia e no Brasil;
- de recursos hidrelétricos por quase toda a América do Sul.

Para se ter uma idéia dos investimentos em projetos energéticos que serão necessários no período já em curso (1997-2010), abaixo reproduzo tabela, com o objetivo de criar um parâmetro, que consta do documento “*Integración Energética en el Cono Sur*”, pág.100, elaborado pelo BID/INTAL⁵⁰.

⁵⁰ LARRAÑAGA, 2002, pág. 279.

Projeto	Investimento (Milhões US\$)
Corpus	3.681
Garabi	1.789
Itatí-Itacorá	2.414
Roncador	3.189
San Pedro	1.953
Estação Convertedora Garaví	224
Interconexão Itaipu/Corpus/Yaciretá	150
Interconexão Rivera/Livramento	34
Interconexão Candiota/San Carlos	142
Interconexão Mendiza/Santiago	42
Gasoduto Gás Andes	284
Gasoduto Transandino	870
Gasoduto Gás Sur	160
Gasoduto Rio Grande/São Paulo	1.860
Gasoduto Paraná/Fray Bentos	80
Gasoduto Salta/São Paulo	2.665
Total	19.537
Obras Complementares	1.606

Para que se ampliem as diretrizes do modelo aqui adotado são necessários investimentos no sentido de interligar as jazidas existentes dentro do território nacional aos centros consumidores. No caso, a interligação, por meio de gasoduto, entre a bacia de Campos e as indústrias de São Paulo.

Outras medidas de suma importância são as que objetivam a maior utilização do potencial de energia limpa, por meio de iniciativas como a que acontece no Estado São Paulo através de uma parceria entre as Secretarias da Habitação e do Desenvolvimento visando incorporar o aquecimento solar e outras alternativas ecológicas às moradias populares executadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU)).

A energia solar pode tanto economizar energia aquecendo a água como pode também gerar energia através de painéis fotovoltaicos, o problema está no alto preço do investimento inicial, que só se paga após 25 anos de uso. Para se ter uma idéia segundo artigo intitulado “Construção verde: adote esta idéia” da revista Arquitetura e Construção (dezembro de 2007, Editora Abril), uma casa com consumo mensal de 200 KW, necessários para uma família de quatro pessoas, deve dispor de aproximadamente R\$ 24 mil na compra e instalação de um sistema fotovoltaico de aproveitamento de energia solar, por isso é fundamental a participação governamental por meio de incentivos e subsídios, à popularização desta tecnologia.

Da mesma forma o aproveitamento da energia eólica, devido ao seu investimento inicial, carece de ajuda governamental como acontece na Alemanha, país com maior poder eólico do mundo, onde o governo patrocina a construção de parques eólicos para abastecer moradias. Para se produzir energia suficiente para atender em média uma família de quatro pessoas com energia eólica seria necessários investimentos da ordem de R\$ 6 mil, um quarto do preço da energia solar, mas ainda assim muito alto para a maior parcela da população.

A utilização da biomassa a exemplo do álcool hidratado, e do programa Proálcool que sob o ponto de vista técnico, industrial e institucional foi um incontestável sucesso deve ser incentivada, mas de forma a evitar as distorções que ocorreram como a concentração da produção e da distribuição do álcool.

Segundo DEBEIR, HÉMERY E DELÉAGE⁵¹:

“A opção pelas pequenas destilarias, que poderia facilitar a cooperação entre pequenos produtores rurais e associações de consumidores urbanos, a integração da produção de álcool e de alimentos (rotação de culturas, utilização do bagaço e do vinhoto para a preparação de adubos orgânicos e de rações animais), o ajuste, em nível regional da oferta e da demanda, a redução das disparidades regionais na distribuição de renda, foi abandonada em favor de grandes unidades de produção, instaladas, em sua

⁵¹ DEBEIR, 1993.

grande maioria, nas regiões tradicionais de produção de açúcar, no noroeste do Estado de São Paulo e em uma estreita facha costeira dos Estados de Pernambuco e de Alagoas⁵².

Outra solução interessante foi a adotada pelo Estado do Rio Grande do Sul, pela Cooperativa Regional de Eletrificação Rural do Alto Uruguai (Crerel), que fez investimentos em pequenas hidrelétricas (mais ou menos 300) aproveitando as quedas d'água ou canalizando parte da água de rios sem penalizar o meio ambiente com grandes áreas inundadas.

4.3 Telemática

Quando se foca os serviços de telemática há referência aos seguintes serviços:

- Serviços de telecomunicações, básicas, nacional e internacional;
- Serviço de telefonia celular, nacional e internacional;
- Serviço de telex, nacional e internacional;
- Serviços de transmissão de dados;
- Serviços de rastreamento;
- Serviços de *paging*.

Neste campo vale ressaltar que o maior crescimento na instalação de fibra ótica do mundo na primeira metade da década de noventa está localizado na América do Sul.

O Brasil interliga a Argentina e o Uruguai aos Estados Unidos e à Europa através do Unisur que é um cabo submarino de fibra ótica de 1.720 km que nos conecta aos nossos parceiros sul-americanos. Outros países como o Paraguai, a Bolívia e o Chile estão se esforçando para se ligar ao Unisur e usufruir das outras conexões que o Brasil tem com o resto do mundo.

No que se refere a transmissões por satélite a capacidade instalada é bastante razoável contando com dois sistemas internacionais o Intelsat e o Panamsat, que cobrem a região. Existem ainda mais um sistema regional, o

⁵² DEBEIR, 1993, pág. 243.

Hiposat e três sistemas nacionais; o Brasilsat, o Nahuelsat e o Morelos/Solidaridad.

A importância dos serviços de telemática esta intimamente ligada à gestão de fluxos físicos de bens de serviço por que é responsável pelo fluxo de informações conexas a estes, implicando em redução dos custos operacionais e a criação de vantagens competitivas.

A posição brasileira deve ser de manter a vantagem tecnológica no setor e desenvolver uma rede adequada às projeções futuras de demanda, de preferência com sistemas redundantes que inviabilizem cortes no fluxo de informações.

A outra face da telemática esta intimamente ligada à educação, uma vez que esta área necessita de constante atualização tecnológica e isso não é possível sem investimentos voltados para a formação de profissionais competentes.

O projeto que se impõe no campo da telemática envolve montar uma matriz integrada de informações utilizando-se a tecnologia de feixes de fibras óticas que deverá ser construída ao longo de todo o sistema de infra-estrutura (ferrovias, rodovias, gasodutos, oleodutos, etc.), uma rede de microondas e uma rede de satélites de baixa altitude conjugada com um sistema de estações terrestres.

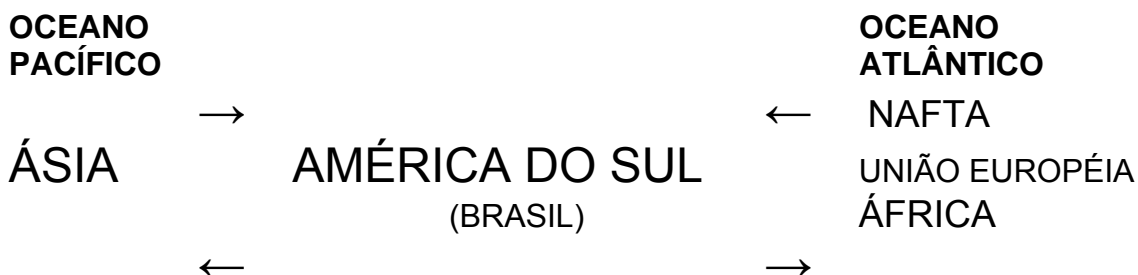
4.4 Transportes

A falta de uma rede continental de transporte prejudica o processo de integração e atrasa a construção de uma infra-estrutura integrada. Os apoios para uma infra-estrutura básica poder se desenvolver são as rodovias, as ferrovias e os portos, em volta delas se constroem linhas de comunicação, de energia e de distribuição de água.

Uma infra-estrutura instalada adiciona eficiência e produtividade aos setores produtores de bens e o transporte dentro da infra-estrutura cria mercados onde antes não existiam, ou seja, os investimentos em infra-estrutura não criam produtos, eles criam a própria produtividade.

Segundo LARRAÑAGA “outros efeitos indiretos deverão ser também observados quanto aos seus impactos sociais sobre as comunidades de suas áreas de influência, em termos, por exemplo, de aumento de renda, de acesso à instrução e aos centros de saúde”.

Para que seja gerado um efeito multiplicador nos investimentos necessários para a construção de uma rede continental de infra-estrutura é também de suma importância a definição de uma base sólida de apoio e aí mais uma vez vemos transparecer a vocação geoeconômica e geopolítica natural do Brasil como eixo viabilizador e multiplicador destes investimentos, dada a robustez econômica, a localização e a dimensão territorial brasileira. A vocação geoeconômica e geopolítica natural do Brasil o favorece tanto que não se faz necessária a aplicação do modelo de minimização de riscos.



A tabela abaixo, citada por DARC COSTA, por si só justifica a diversificação modal dos investimentos.

Comparação dos custos de diferentes tipos de transportes

Modo	Centavos/ton-milhas
Aéreo	22,0
Rodoviário	6,8-8,0
Ferrovário	0,5-1,5
Dutos	0,2-1,5
Balsa e rebocador	0,2-0,4
Cargueiro	0,2-0,4
Navio graneleiro	0,03-0,06

Fontes: David Bess, Marine Transportation, EUA, como citado Por SBEF⁵³

Para atingir o desenvolvimento almejado devem ser feitos os seguintes investimentos integrados para a criação de eixos de transportes de bens e passageiros:

⁵³ COSTA, DARC, 2003, pg. 139.

- construção de amplas e modernas redes ferroviárias retificadas, de vias duplas, e com terceiro trilho para ajuste de bitolas, que logo se irão eletrificando a exemplo das redes existentes na União Européia, servindo também de corredor para redes de telemática e água tratada;
- construção de uma moderna rede de super-rodovias, também considerando o exemplo da União Européia;
- tornar navegáveis e integradas as redes fluviais através de grandes obras de integração das bacias dos rios Orinoco, Amazonas e Paraná;
- melhorar a infra-estrutura do transporta aéreo;
- construir e modernizar os portos para navios de grande calado;
- construir interconexões entre os diversos modais de transporte, bem como acessos a áreas de armazenagem, carga e descarga aproveitando as estruturas e oportunidades existentes no território brasileiro;
- organizar a ocupação ao longo das vias, provendo a infraestrutura adequada e os estudos de viabilidade necessários;
- implementação de um amplo programa de reaparelhamento da marinha mercante nacional.

4.5 Educação

Quanto maior é o nível de desenvolvimento de um país ou de bloco regional maior é a sua necessidade de recursos humanos especializados, cabem aqui uns parênteses no que se refere à preparação do país para um processo de integração regional em posição mais favorável sob o ponto de vista da educação, não somente a educação formal, mas principalmente a educação para o trabalho. A população brasileira necessita urgentemente de que a educação seja fortemente orientada para o trabalho, mas para que isso aconteça será necessário ressuscitar os Liceus de Artes e Ofícios e as Escolas Técnicas permitindo que os alunos que terminassem o 1º

grau já o concluíssem com uma profissão, no caso dos Liceus, e no caso das Escolas Técnicas, os alunos do 2º grau já o concluiriam estando aptos a disputar um espaço no mercado de trabalho na condição de técnicos. Seriam necessários também investimentos pesados no ensino de terceiro grau para que o número de campus das universidades federais e estaduais seja melhor distribuído no território nacional, gerando áreas de desenvolvimento tecnológico a exemplo do que acontece no Estado de São Paulo(Brasil) e no Estado da Califórnia(EUA).

Para o Brasil conquistar a tão merecida posição de país protagonista será necessário que se façam investimentos maciços em educação, principalmente no que se refere às profissões afetas a área de pesquisa e desenvolvimento, fundamental para dar sustentação às solicitações advindas do processo de integração.

A tabela abaixo compara o número de estudantes formados nos campos de ciências naturais e engenharia por cada milhão de habitantes do país, e o número por milhão de graduados.

Ciências Naturais e Engenharia – 1988
(por milhão de habitantes)

Países	Ciências Naturais Estudantes	Formados	Engenharia Estudantes	Formados
Argentina	758	n.d.	2.340	n.d.
Brasil	528	63	1.228	179
Colômbia	208	25	3.159	256
Chile	471	73	3.016	279
Peru	557	10	3.085	51
Venezuela	391	16	3.787	245
Alemanha	1.693	121	3.549	321
Coréia do Sul	1.170	153	3.943	1.426
EUA	n.d.	n.d.	3.367	782

n.d. – dados não disponíveis.

Fonte: SBEF

Aplicando o modelo aos países da América do Sul que constam da tabela veremos que a posição brasileira não é nada confortável.

Modelo

Ciências Naturais e Engenharia – 1988

(por milhão de habitantes)

Países	Ciências Naturais Estudantes	Formados	Engenharia Estudantes	Formados
Argentina	1	n.d.	0	n.d.
Brasil	1	1	0	0
Colombia	0	0	1	1
Chile	1	1	1	1
Peru	1	0	1	0
Venezuela	0	0	1	1

0 não atende, 1 atende.

4.6 Aplicação do Modelo

A título de exemplo analisaremos o campo da energia nuclear onde o Brasil, a Argentina e a Colômbia possuem reservas consideráveis de urânio e tório. Isto significa que todos excedem no quesito disponibilidade do recurso, no entanto a Colômbia não possui domínio tecnológico o que prejudica a sua vantagem comparativa e impossibilita a possível substituição de importação de usinas nucleares de pequeno e médio porte. No caso da Argentina ela possui as jazidas, possui o domínio tecnológico e detém vantagem comparativa por que a sua produção de reatores nucleares esta voltada para a faixa entre 15 e 30 MW mais apropriada para lugares isolados e pouco povoados enquanto que a posição brasileira parece bastante confortável, pois excede em todos os itens e mantém a vantagem comparativa porque tem capacidade de produção de reatores na faixa de 150 a 300 MW, derivados do projeto de submarino nuclear da Marinha do Brasil e aptos a maior parte das solicitações de usinas nucleares do continente.

ENERGIA NUCLEAR

	BRASIL	ARGENTINA	COLÔMBIA
Vantagem Comparativa - VC	1	1	0
Domínio Tecnológico - DT	1	1	0
Disponibilidade do Recurso- DR	1	1	1
Possibilidade de Substituição - PS	1	1	0

0 não atende, 1 atende.

Esta faixa de reatores nucleares 300MW possui vantagens comparativas quando comparados com os reatores desenvolvidos pela Argentina e inclusive com as usinas na faixa de 1.000 a 1.100 MW, como as que são utilizadas na Europa Ocidental:

- são mais seguros por operarem com baixa pressão, o que origina menos falha e conseqüentemente proporciona um tempo menor de manutenção;
- podem ser utilizados de forma modular permitindo o aumento gradual da capacidade de produção;
- podem ser produzidos em série;
- requerem um tempo menor para montagem, e;
- requerem serviços reduzidos de engenharia para sua instalação.

No entanto este modelo permite comparações mais amplas quando consideramos outras Variáveis do Planejamento Estratégico de Estado Fundamentais, para um projeto de desenvolvimento de auto-suficiência nacional aplicado a integração regional.

O que já não acontece, por exemplo, com a capacidade de financiamento do governo brasileiro ao comércio exterior que declinou consideravelmente desde 1982, quando segundo TORRES existiam os seguintes incentivos creditícios, classificados por grupos:

a) apoio à exportação: compreendendo financiamento à pesquisa, desenvolvimento de projetos, abertura de escritórios no exterior e *marketing*;

b) produção de mercadorias: objetiva proporcionar capital para a produção de mercadorias a serem exportadas. É o chamado financiamento à exportação na fase de preembarque;

c) entrepostagem para exportação: o financiamento de mercadoria entrepostada se dá quando o exportador prefere aguardar o embarque das mercadorias em entreposto aduaneiro, mas deseja antecipar o recebimento de seus valores;

d) aquisição para exportação: linha de crédito que permite a antecipação dos recursos ao fornecedor de mercadorias a serem exportadas pelas *tradings companies*. Os recursos são antecipados pelos bancos diretamente aos fornecedores, sem intermédio por parte das *tradings*; e,

e) financiamento às vendas: linhas de crédito que permitem ao exportador receber à vista os recursos de suas vendas a prazo no exterior.

Destes incentivos creditícios o único que permaneceu foi de vendas ao exterior.

Com a Resolução 950, de 21 de agosto de 1984, a participação do governo no financiamento que antes era de 100% do valor de exportação, passou a oscilar entre 2 e 3% deste valor, pago a título de equalização da diferença existente entre a taxa de juros do financiamento captado no exterior e a taxa de juros que era cobrada do exportador brasileiro. Problemas de atrasos nos pagamentos motivados pela carência de recursos acabaram por sepultar, em 1990 através da edição da Resolução nº 1.744, esse programa que era denominado Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX).

Com a criação do Programa de Financiamento às Exportações – PROEX (Lei nº 8.187/91) começou a ser admitida a participação de capital privado nos financiamentos, reduzindo definitivamente a participação estatal, e seu protagonismo no comércio exterior como pode ser facilmente visualizado se compararmos os recursos aplicados nos financiamentos às exportações nos períodos de:

- 1986 (FINEX), US\$ 1.074.472.000, e;
- 1995 (PROEX), US\$ 123.959.000.

Estes valores se tornam mais expressivos se considerarmos que as exportações brasileiras quase dobraram de 1986 a 1995.

Em síntese, não será pelo financiamento das exportações que o poder estatal brasileiro conseguirá orientar o seu processo de inserção no comércio internacional de forma mais efetiva.

4.7 Aplicação do modelo ao campo da telemática

Relação dos países interligados (*) ao Unisur e de países que planejam se conectar. Possuir conexões com a Europa e os Estados Unidos e estar conectado ao Unisur solidifica a posição de interlocutor/viabilizador do processo de integração da América do Sul, pois é através das conexões brasileiras que os outros países conseguirão se comunicar via cabo com o mundo.

	BRASIL*	ARGENTINA	BOLÍVIA	PARAGUAI	CHILE	URUGUAI*
Vantagem Comparativa VC	1	0	0	0	0	0
Domínio Tecnológico DT	1	1	1	1	1	1
Disponibilidade do Recurso DR	1	0	0	0	0	0
Possibilidade de Substituição PS	1	0	0	0	0	0

0 não atende, 1 atende.

A aplicação do modelo se dá como nos exemplos desenvolvidos.

4.8 Análise de caso

O caso do gás proveniente da Bolívia é um ótimo exemplo de aplicação do modelo.

SITUAÇÃO ATUAL	BRASIL	BOLÍVIA
Vantagem Comparativa - VC	0	1
Domínio Tecnológico - DT	1	1
Disponibilidade do Recurso- DR	1	1
Possibilidade de Substituição - PS	0	0
SITUAÇÃO FUTURA (+1 ano)	BRASIL	BOLÍVIA
Vantagem Comparativa - VC	1	1
Domínio Tecnológico - DT	1	1
Disponibilidade do Recurso- DR	1	1
Possibilidade de Substituição - PS	1	0

0 não atende, 1 atende.

Neste caso o Brasil se viu em situação de dependência por ter investido em um projeto de integração regional, o gasoduto para a Bolívia sem desenvolver a opção de auto-suficiência existente na bacia de Campos, onde existe uma jazida de gás natural, mas, nenhum gasoduto. As falhas estratégicas começaram por aí e se estenderam com as facilidades oferecidas ao empresariado somadas ao preço extremamente baixo da utilização do gás boliviano como fonte geradora de energia para a indústria paulistana.

O grau de dependência da indústria paulistana alcançou a alarmante cifra de 60% de suas indústrias operando com o gás boliviano.

Apesar de os valores recebidos pelo gás representarem mais de 30% do PIB boliviano, o que prejudicaria a economia daquele país, o corte do fornecimento prejudicaria ainda mais a economia brasileira. A alternativa seria a implantação do gasoduto da bacia de Campos que segundo as declarações do presidente da Petrobrás levaria um ano para sua construção. Se fossem observados os dados contidos no quadro do modelo a visualização do risco e sua gestão com a conseqüente construção da planta de substituição de importação já estaria concluída e conquanto que sua produção não oferecesse vantagem comparativa poderia servir de contraponto estratégico de barganha para as negociações que se seguiram.

Evidentemente que todo o planejamento envolve um processo de aproximações e de freqüentes ajustes ainda mais quando envolve as conjunturas nacionais e internacionais. Mas a utilização dos seguintes princípios básicos, dentre outros que igualmente podem ser adicionados, conforme se faça necessário, devem ser tentados:

- universalidade, o planejamento deve abordar todos os aspectos do problema (principalmente o tempo, o espaço e os meios), projetando, na medida do possível, todas as suas conseqüências;
- unidade, o planejamento deve formar um único conjunto integrado;
- objetividade, o planejamento deve perseguir o objetivo que o originou e a realidade que o circunda;
- coordenação, o planejamento tem como um de seus objetivos a integração de todos que a ele estão conexos;
- flexibilidade, a condução do planejamento de assegurar uma margem de manobra para que o mesmo possa se adequar às contingências que por ventura se apresentarem;
- economia de meios, o planejamento deve ser eficaz e eficiente no uso racional e comedido dos meios necessários à sua execução de modo a evitar desperdícios desnecessários;
- segurança na obtenção dos dados que serão utilizados como balizadores do planejamento.

CONCLUSÃO

Em síntese o objetivo final deste trabalho visa analisar um modelo de relacionamento a ser adotado pelo Estado brasileiro no âmbito da América do Sul que utilize a experiência brasileira na área de Segurança Pública, com o CINTERPOL-BRASIL, e explore a sua condição continental focada em um projeto de auto-suficiência nacional que utilize esta vantagem como barganha nas relações entre os países participantes do projeto de integração regional da América do Sul.

Nas palavras do senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, pronunciadas pelo ministro de Estado, interino, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no XV Fórum Nacional⁵⁴:

A rota de credibilidade em que ingressou a economia brasileira, o compromisso com o combate à pobreza e à fome, a atenção dada aos direitos humanos e à consolidação da democracia são os fatores que traçam um quadro de respeitabilidade internacional e auxiliam enormemente a ação externa do governo em suas várias vertentes, inclusive a do comércio exterior. O Brasil se encontra em condições excepcionais para promover projetos econômico-comerciais capazes de integrá-lo de forma mais competitiva nos fluxos internacionais, sem ter de abdicar de sua autonomia na definição de um modelo de desenvolvimento próprio, capaz de conciliar progresso econômico, científico e tecnológico e justiça social.

A integração regional esta como conseqüência natural de nossa formação como apregoa GALEANO: “Quando os povos em armas conquistaram a independência, a América Latina aparecia no cenário histórico enlaçada pelas tradições comuns de suas diversas comarcas, exibia uma unidade territorial sem fissuras e falava dois idiomas fundamentalmente da mesma origem, o espanhol e o português. Porém nos faltava, como assinala

⁵⁴ Política Externa, vol. 12 n° 2 Setembro/Outubro/Novembro de 2003.

Trias, uma das condições essenciais para constituir uma grande nação única: faltava-nos a comunidade econômica⁵⁵.”

Para isso deve-se atentar para os três vértices do triângulo preconizado, pela Escola Superior de Guerra – ESG, como formas de se analisar e organizar os meios e os fins, instrumentos e objetivos desta proposta:

- política, arte de estabelecer objetivos desejados ao se interpretar interesses e aspirações, e de orientar a conquista e a preservação desses mesmos objetivos;
- poder, expressão e conjuntura integrada dos meios de que se dispõe para conquistar e manter os objetivos desejados;
- estratégia, arte de preparar e aplicar os meios para se conquistar e manter os objetivos desejados.

A adoção dos modelos aqui elaborados de cooperação internacional e de integração regional da América do Sul consolidará a posição de relevo que só ao Estado brasileiro é reservado como vocação geopolítica continental, ou nas palavras do próprio GALEANO: “Este é o país que constitui o eixo da libertação ou servidão de toda a América Latina. Quem sabe o senador norte-americano Fullbright não tenha tido consciência completa do alcance de suas palavras quando, em 1956, atribuiu ao Brasil, em declarações públicas, a missão de dirigir o mercado comum da América Latina⁵⁶.”

A aplicação em sua totalidade do que foi proposto e apresentado, dinamizará as áreas fronteiriças, assegurando o desenvolvimento ordenado e progressivo, sem os riscos econômicos e sociais desestabilizadores que costumam acompanhar estes processos, transformando a América do Sul, agora sim, em um continente democrático, vertebrado e próspero. Dentro de um processo de criação racional de pólos distribuídos no espaço continental sem a necessidade de grandes concentrações populacionais, o que influenciaria negativamente a área de Segurança Pública, mas com grande conectividade, indutora de modernidade, proporcionada pela telemática, pelo incremento da matriz energética e pela infraestrutura de transportes, apoiada

⁵⁵ GALEANO, 2002, pág. 278.

⁵⁶ *Ibidem*.

pela educação e o conseqüente aumento que esta proporciona na disponibilidade de mão-de-obra especializada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARGO, CARLOS ALBERTO DE**, 1998, Prevenção criminal e dignidade humana, in Segurança pública como tarefa do Estado e da sociedade, DEBATES Nº 18, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer,
- CHACON, VAMIREH**, 2002, Globalização e Estados transnacionais: relações internacionais no século XXI, São Paulo, Editora SENAC.
- CHOMSKY, NOAM**, 2009, Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque a democracia, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CLAUSEWITZ, CARL VON**, 1996, Da Guerra, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes.
- COSTA, DARC ANTONIO DA LUZ**, 2003, Estratégia Nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil, Rio de Janeiro, L&PM Editores.
- COSTA, ROGÉRIO HAESBAERT DA**, 2004, O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- COUTO E SILVA, GOLBERY DO**, 2003, Geopolítica e poder, Rio de Janeiro, Univercidade.
- DEBEIR, JEAN-CLAUDE *et al***, 1993, Uma história da energia, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- ECO, UMBERTO**, 2004, Como se faz uma tese, São Paulo, Perspectiva.
- FERRAZ, ISOLDE D. KOSSMANN**, A terra, a floresta, os rios, e o clima, 1994, in Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental: temas básicos, Brasília, IBAMA.
- FIANI, RONALDO**, 2006, Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia, 2ª ed. Ver. E atual., Rio de Janeiro, Elsevier.
- GALEANO, EDUARDO**, 2002, As veias abertas da América Latina, 43ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GIDDENS, ANTHONY**, 2001, A terceira via e seus críticos, Rio de Janeiro, Record.
- GOLDSTEIN, HERMAN**, 2003, Policiando uma Sociedade Livre, São Paulo, Edusp.

GOMES, EDUARDO BIACCHI, 2004, A globalização econômica e a integração do continente americano: desafios para o Estado brasileiro, UNIJUI.

GONÇALVES, REINALDO, 2000, O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas, São Paulo, Contexto.

GRIFFITHS, MARTIN, 2004, 50 Grandes estrategistas das relações internacionais, São Paulo, Contexto.

HOUAISS, ANTÔNIO *et al.*, 2001, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 1ª Ed., Rio de Janeiro, Objetiva,

JÚNIOR, CELSO MOREIRA FERRO, 2008, A Inteligência e a Gestão da Informação Policial, Conceitos, Técnicas e Tecnologias Definidos pela Experiência Profissional e Acadêmica, Brasília, Foetium.

KISSINGER, HENRY A., 2001, A diplomacia das grandes potências, 3 ed. revista, Rio de Janeiro, UniverCidade.

KRUGMAN, PAUL R. e OBSTEFELD, MAURICE, 2001, Economia Internacional – Teoria e Política, 5º ed., São Paulo, MAKRON Books.

KRUGMAN, PAUL R., 1997, Vendendo Prosperidade: sensatez e insensatez econômica na era do conformismo, Rio de Janeiro, Campus.

LAMBERT JACQUES, 1979, América Latina: estruturas sociais e instituições políticas, 2ª ed., São Paulo, Editora Universidade de São Paulo.

LANDES, DAVID S., 1998, A riqueza e pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres, 5ª ed., Editora Campus.

LARRAÑAGA, FÉLIX ALFREDO, 2002, Desenvolvimento econômico no Cone Sul: o sistema logístico sub-regional, São Paulo, Aduaneiras.

LEÃO, RENATO ZERBINI RIBEIRO, 2001, Os direitos econômicos, sociais e culturais na América Latina e o Protocolo de San Salvador, Sérgio Antonio Fabris Editor.

MACHIAVELLI, NICCOLO, 1999, O príncipe e Dez cartas, 3ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília.

MANKIW, N. GREGORY, 2001, Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia, 2ª ed., Editora Campus.

MATTOS, CARLOS DE MEIRA, 1977, A geopolítica e as projeções de poder, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército.

NYE, JOSEPH S., 2002, O paradoxo do poder americano, Por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada, São Paulo, Editora UNESP.

PILGER, JOHN, 2004, Os novos senhores do mundo, Rio de Janeiro, Record.

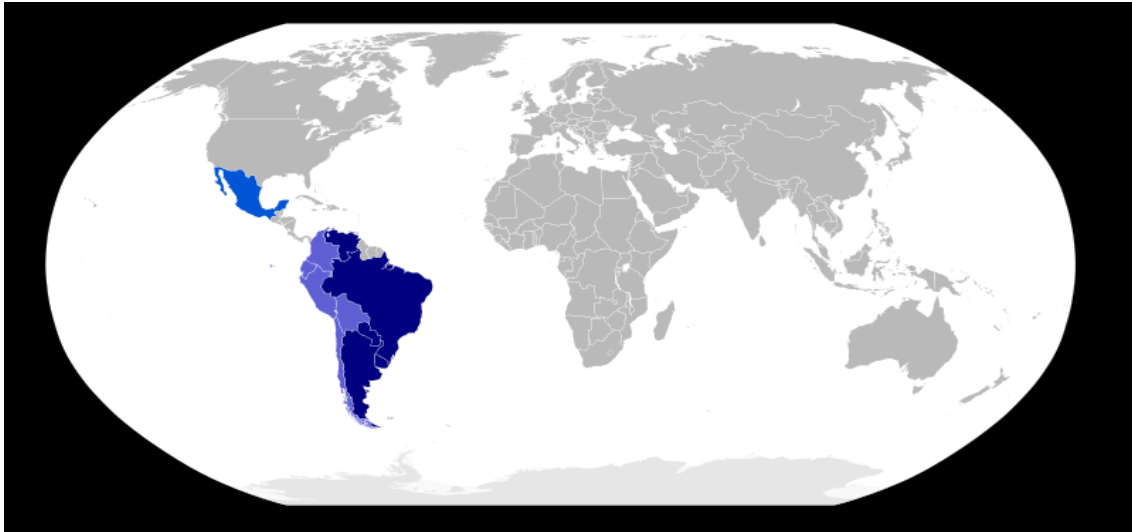
RICUPERO, RUBENS, 2001, O Brasil e o dilema da globalização, 2ª ed., São Paulo, Editora SENAC.

TORRES, IGOR GONÇALVES, 2000, Comércio Internacional no século XXI, São Paulo, Aduaneiras.

VIDAL, JOSÉ WALTER BAUTISTA, 1987, De Estado servil a nação soberana: civilização solidária dos trópicos, 2ª ed, Petrópolis-RJ, Editora Vozes Ltda.

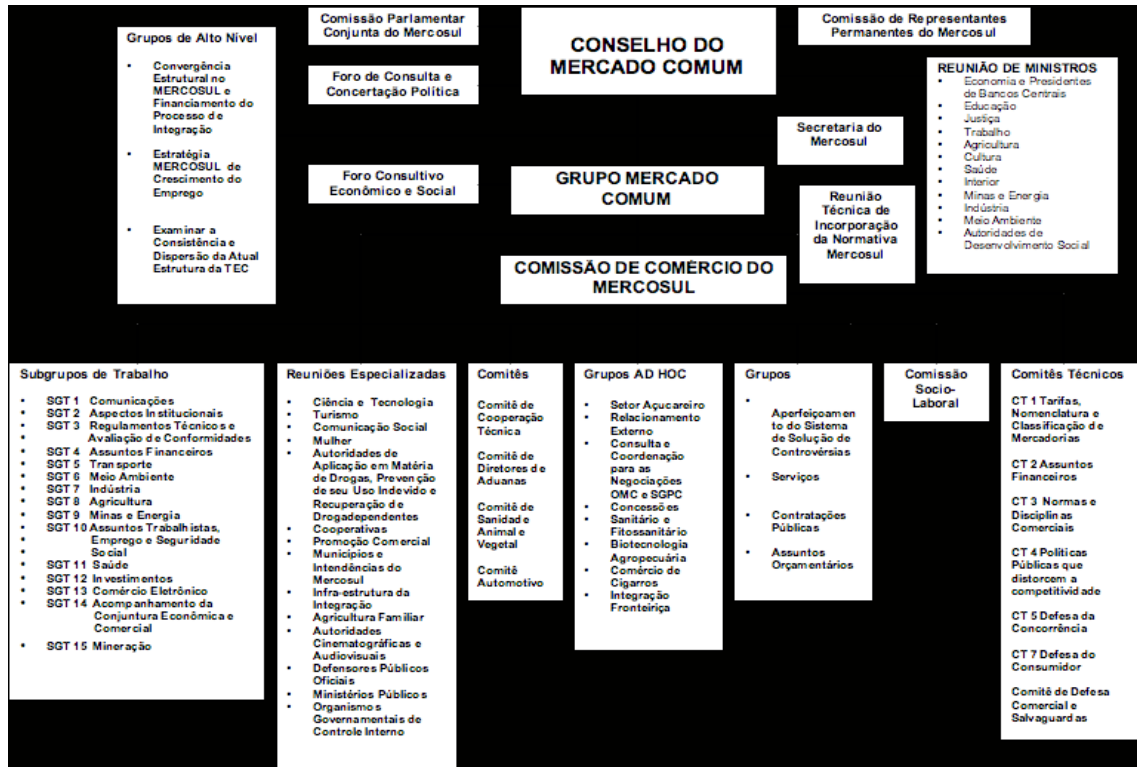
ANEXO I

MERCOSUL



- Estados Membros ([Argentina](#), [Brasil](#), [Paraguai](#), [Uruguai](#) e [Venezuela](#)).
- Estados Associados ([Bolívia](#), [Chile](#), [Colômbia](#), [Equador](#) e [Peru](#)).
- Estado Observador ([México](#)).

ORGANOGRAMA DO MERCOSUL











Fonte: Wikipédia

ANEXO II




CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA



Países Membros

-  REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
-  REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
-  REPÚBLICA DE CABO VERDE
-  REPÚBLICA DE GUINÉ-BISSAU
-  REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE
-  REPÚBLICA PORTUGUESA
-  REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
-  REPÚBLICA DO TIMOR-LESTE

Observadores Associados

-  REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL
-  REPÚBLICA DE MAURÍCIO
-  REPÚBLICA DO SENEGAL

Fonte: Wikipédia (com alterações)

ANEXO III

Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-americana de Nações

Os Presidentes dos países da América do Sul, reunidos na cidade de Cusco, por ocasião da celebração das façanhas libertadoras de Junín e Ayacucho e da convocação do Congresso Anfictiônico do Panamá, seguindo o exemplo do Libertador Simón Bolívar, do Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre, do Libertador José de San Martín, de nossos povos e heróis independentistas que construíram, sem fronteiras, a grande Pátria Americana e interpretando as aspirações e anseios de seus povos a favor da integração, unidade e construção de um futuro comum, decidimos formar a Comunidade Sul-americana de Nações.

I. A Comunidade Sul-americana de Nações se forma, tomando em conta:

A história compartilhada e solidária de nossas nações, que desde as façanhas da independência têm enfrentado desafios internos e externos comuns, demonstra que nossos países possuem potencialidades ainda não aproveitadas tanto para utilizar melhor suas aptidões regionais quanto para fortalecer as capacidades de negociação e projeção internacionais;

O pensamento político e filosófico nascido de sua tradição, que, reconhecendo a primazia do ser humano, de sua dignidade e direitos, a pluralidade de povos e culturas, consolidou uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns, tais como: a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial e à diversidade, a não-discriminação e a afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias;

A convergência de seus interesses políticos, econômicos, sociais, culturais e de segurança, como um fator potencial de fortalecimento e desenvolvimento de suas capacidades internas para sua melhor inserção internacional;

A convicção de que o acesso a melhores níveis de vida de seus povos e à promoção do desenvolvimento econômico não pode reduzir-se somente a políticas de crescimento sustentável da economia, mas compreender também estratégias que, juntamente com uma consciência ambiental responsável e o reconhecimento das assimetrias no desenvolvimento de seus países, assegurem uma distribuição de receita mais justa e eqüitativa, o acesso à educação, a coesão e a inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o desenvolvimento das regiões interiores do espaço sul-americano contribuirá para aprofundar o projeto comunitário, bem como para melhorar a qualidade de vida destas zonas que se encontram entre as de menor desenvolvimento relativo.

Seu compromisso essencial com a luta contra a pobreza, a eliminação da fome, a geração de emprego decente e o acesso de todos à saúde e à educação, como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento de seus povos;

Sua identificação com os valores da paz e da segurança internacionais, a partir da afirmação da vigência do direito internacional e de um multilateralismo renovado e democrático, que integre decididamente e de modo eficaz o desenvolvimento econômico e social na agenda internacional;

A participação comum em sistemas democráticos de governo e a uma concepção da governabilidade, sustentada na participação do cidadão, que incremente a transparência na condução dos assuntos públicos e privados e exerça o poder com estrito apego ao estado de direito, conforme as disposições da Carta Democrática Interamericana, em um marco de luta contra a corrupção em todos os âmbitos;

Sua determinação de desenvolver um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul e que contribua, a partir de uma

perspectiva subregional e em articulação com outras experiências de integração regional, para o fortalecimento da América Latina e do Caribe e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.

Nossa convicção é no sentido de que a efetivação dos valores e interesses compartilhados que nos unem, além de comprometer nossos Governos, somente encontrará viabilidade na medida em que os povos assumam o papel protagonista que lhes corresponde nesse processo. A integração sul-americana é e deve ser uma integração dos povos.

II. O espaço sul-americano integrado se desenvolverá e se aperfeiçoará impulsionando os seguintes processos:

- A concertação e a coordenação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas.

- O aprofundamento da convergência entre o MERCOSUL, a Comunidade Andina e o Chile, através do aprimoramento da zona de livre comércio, apoiando-se, no que for pertinente, na Resolução 59 do XIII Conselho de Ministros da ALADI, de 18 de outubro de 2004, e sua evolução a fases superiores da integração econômica, social e institucional. Os Governos do Suriname e Guiana se associarão a este processo, sem prejuízo de suas obrigações sob o Tratado revisado de Chaguaramas.

- A integração física, energética e de comunicações na América do Sul como base do aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e subregionais existentes, com a consideração de mecanismos financeiros inovadores e as propostas setoriais em curso, que permitam uma melhor efetivação dos investimentos em infraestrutura física para a região.

- A harmonização de políticas que promovam o desenvolvimento rural e agroalimentar.

- A transferência de tecnologia e de cooperação horizontal em todos os âmbitos da ciência, educação e cultura.

- A crescente interação entre as empresas e a sociedade civil na dinâmica de integração desse espaço sul-americano, levando em consideração a responsabilidade social empresarial.

III. A Ação da Comunidade Sul-americana de Nações:

A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecerá e implementará progressivamente seus níveis e âmbitos de ação conjunta, promovendo a convergência e tendo por base a institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços e sem que implique novos gastos financeiros.

Os Ministros das Relações Exteriores elaborarão uma proposta concreta de ação que considere, entre outros aspectos, as reuniões de Chefes de Estado como instância máxima de condução política e as de Chanceleres como âmbito de decisão executiva do processo. Os Ministros contarão com a cooperação do Presidente do Comitê de Representantes Permanentes do MERCOSUL, do Diretor da Secretaria do MERCOSUL, do Secretário-Geral da Comunidade Andina, do Secretário-Geral da ALADI e da Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, assim como de outros esquemas de cooperação e integração subregional. As reuniões de Chefes de Estado e de Chanceleres substituirão as denominadas Cúpulas Sul-americanas.

O Governo do Peru exercerá a Presidência Pro Tempore até a realização da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará no Brasil em 2005. A Segunda reunião se realizará na Bolívia.

Assinado na cidade de Cusco, no dia 8 de dezembro de 2004.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

ANEXO IV

Declaração de Ayacucho

1) Convidados pelo Presidente do Peru, os Chefes de Estado da República da Bolívia, da República Cooperativa da Guiana, da República do Panamá, da República do Suriname, da República Bolivariana da Venezuela, e altos representantes da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai participaram dos atos comemorativos dos 180 anos das batalhas de Junín e de Ayacucho, que selaram a independência da América Hispânica e da histórica convocação, de Lima, do Congresso Anfitiônico do Panamá, nas quais se erigem como figuras emblemáticas o Libertador Simon Bolívar e o Grande Marechal de Ayacucho, Antonio José de Sucre.

2) Sobre a base da constatação de uma cultura e história compartilhadas, de uma continuidade geográfica, assim como de um futuro de integração, os Presidentes reiteram os ideais de liberdade, igualdade e solidariedade que sustentaram a luta pela independência de nossos povos.

3) Há trinta anos, desde a Declaração de Ayacucho de 1974, temos progredido na consolidação da vigência dos direitos humanos, dos valores democráticos e do estado de direito, e continuamos empregando nossos maiores esforços para atingir um desenvolvimento econômico e social sustentado que promova, entre outros aspectos, a justiça social, a liberdade, a igualdade, a tolerância e o respeito ao meio ambiente, tomando em consideração as necessidades urgentes dos mais pobres, assim como os requisitos especiais das economias menores e mais vulneráveis da América do Sul.

4) Hoje, no que foi um dos cenários mais importantes da independência da América Hispânica, saudamos a conformação da Comunidade Sul-Americana

de Nações que materializa a vontade que os Chefes de Estado manifestaram nas declarações de Brasília, em 2000 e de Guaiaquil, em 2002.

5) Nesse sentido, destacam a importância do compromisso assumido para tornar efetiva a Zona de Paz Sul-Americana e se comprometem a promover uma cultura de paz que torne viáveis sociedades plurais e identificadas com propósitos comuns.

6) Reafirmam seu compromisso com a efetiva aplicação da Carta Democrática Interamericana, adotada em Lima em 11 de setembro de 2001, e reiteram sua vontade de envidar esforços para fortalecer os mecanismos de sua promoção e defesa.

7) Reiteram a necessidade de concluir os trabalhos, no marco da OEA, para a adoção da Carta Social das Américas, a qual favorecerá a plena vigência dos direitos sociais, econômicos e culturais em benefício de nossos povos.

8) Reafirmam seu pleno respaldo à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e aos avanços registrados nessa iniciativa, em especial no que se refere à “Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010” e à lista de projetos da IIRSA. Nesse sentido, acolhendo proposta formulada na Sexta Reunião do Comitê Executivo, rubricam o mapa que contém os projetos incluídos inicialmente na mencionada Agenda.

9) Reiteram o direito soberano dos Estados de identificar suas prioridades nacionais de segurança, de definir planos e ações a esse respeito, em conformidade com seu ordenamento jurídico e com a plena observância do direito internacional e das Cartas da Organização dos Estados Americanos e da Organização das Nações Unidas.

10) Por outro lado, reafirmam que as condições de segurança cidadã e a necessidade de enfrentar as novas ameaças são indissociáveis do direito ao desenvolvimento econômico e social dos povos. Por essa razão, decidem a

realização de reunião sobre segurança cidadã e temas afins, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil, em julho de 2005.

11) Nesse sentido, com vistas a abordar outros aspectos importantes vinculados ao desenvolvimento econômico e social da região, convocam as seguintes conferências:

a) Conferência de Ministros responsáveis pelos programas sociais (segundo trimestre de 2005), com vistas a estabelecer um Plano de Ação Sul-Americano para o Trabalho Digno;

b) Conferência Internacional Especial, em nível ministerial, de países em desenvolvimento com fluxos internacionais substanciais de migrantes (primeiro semestre de 2005, Lima, Peru), com vistas a articular linhas de ação que permitam atender às múltiplas dimensões do fenômeno migratório, tomando em consideração os avanços, iniciativas e recomendações da V Conferência Sul-Americana sobre Migrações, realizada na cidade de La Paz, Bolívia, nos dias 25 e 26 de novembro de 2004.

12) Reconhecem o aporte significativo dos Parlamentos regionais na construção do processo de integração e expressam sua satisfação e beneplácito pela constituição da União Parlamentar Sul-Americana, conformada pelas reuniões conjuntas da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL, do Parlamento Andino e de representantes do Congresso do Chile.

13) Os Presidentes e os Chefes de Estado presentes expressam seu mais vivo agradecimento ao Presidente do Peru por suscitar a discussão de temas cruciais para a região, em tão significativo encontro, assim como pela organização da III Cúpula Sul-Americana e pelas atenções recebidas. Assinada em Ayacucho, no dia 9 de dezembro de 2004.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

ANEXO V

Declaração Presidencial e Agenda Prioritária

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cusco, de 8 de dezembro de 2004, e inspirados em valores comuns tais como a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial, à diversidade, à não-discriminação e à afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, os Presidentes e Chefes de Governo dos Países da Comunidade Sul-americana de Nações, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, declaram:

Introdução

1. A essência da Comunidade Sul-americana de Nações é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul.
2. A Comunidade Sul-americana de Nações fortalecerá a identidade da América do Sul e contribuirá, em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional, para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe.
3. A associação recíproca dos Estados Partes do MERCOSUR e da CAN, assim como a associação do Suriname, da Guiana e do Chile, são essenciais para a conformação da Comunidade Sul-americana de Nações, com vistas à finalidade última da união sul-americana.
4. A Comunidade Sul-americana de Nações tem como objetivo o fortalecimento dos valores e princípios comuns estabelecidos na Declaração Presidencial de Cusco.
5. No campo econômico, os propósitos da Comunidade Sul-americana de Nações incluem o avanço e consolidação do processo de convergência rumo ao estabelecimento de uma zona de livre comércio sul-americana, com vistas a

seu aperfeiçoamento, assim como a promoção do crescimento econômico e a redução das assimetrias, quando possível, mediante a complementação das economias dos países da América do Sul.

6. Nesse sentido, e conforme o disposto na Declaração de Cusco, decidiram solicitar à Secretaria-Geral da ALADI, em coordenação com a Secretaria-Geral da Comunidade Andina e a Secretaria Técnica do MERCOSUL, a preparação de uma proposta no marco da Resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, sobre a convergência CAN-MERCOSUL e outros acordos comerciais da região, para o aperfeiçoamento de uma área de livre comércio sul-americana, tendo em conta o tratamento preferencial e diferenciado. Os esforços da Comunidade estarão orientados principalmente para a promoção de melhores níveis de qualidade de vida, geração de trabalho decente, justa distribuição de renda e extensão de benefícios sociais a seus habitantes.

Organização

7. A Comunidade Sul-americana de Nações estabelecer-se-á com base na institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços, sem novos gastos financeiros, estabelecendo coordenação entre as Chancelarias, com o apoio dos organismos de integração existentes e aperfeiçoando seu funcionamento.

8. As Reuniões de Chefes de Estado constituem a instância máxima da condução política da Comunidade. Elas serão anuais, realizar-se-ão em todos os países membros, preferencialmente em ordem alfabética.

9. As reuniões dos Ministros de Relações Exteriores têm por objeto primordial: promover o diálogo político, preparar as reuniões dos Chefes de Estado e adotar as decisões executivas para implementar as diretrizes presidenciais. Terão periodicidade semestral.

10. Os Vice-Ministros de Relações Exteriores coordenarão as posições dos países da Comunidade e prepararão as reuniões de Chanceleres.

11. As Reuniões Ministeriais Setoriais serão convocadas pelos Chefes de Estado e examinarão e promoverão projetos e políticas específicas de integração sul-americana em áreas como saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança cidadã, infra-estrutura de energia, transportes, comunicações e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, essas reuniões realizar-se-ão, valendo-se dos mecanismos existentes no MERCOSUR e na CAN.

12. As reuniões na área de infra-estrutura promoverão a implementação da agenda consensuada de projetos prioritários da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), entre outros, tomando em conta os projetos de desenvolvimento nacionais, bilaterais e regionais, contando com a participação das comunidades envolvidas e protegendo o meio ambiente.

13. A coordenação e concertação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas é um objetivo prioritário da Comunidade Sul-americana de Nações, que, nesta etapa, se expressará em torno de um diálogo e intercâmbio de informação sobre os assuntos de interesse mútuo. Seus pronunciamentos serão adotados por consenso.

14. A Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-americana de Nações será exercida em forma rotativa por cada um dos países membros, em períodos anuais, que culminarão na Reunião de Chefes de Estado. O Brasil exercerá a Secretaria Pro Tempore até a realização da Segunda Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações, que se realizará na Bolívia no ano de 2006.

15. A “Troika” da Comunidade será constituída pelo país sede da Reunião de Presidentes e pelos países-sede das reuniões do ano anterior e do ano seguinte. A “Troika” apoiará as atividades da Secretaria Pro Tempore.

Agenda Prioritária

16. As áreas de ação prioritária da Comunidade Sul-americana de Nações são:

- o diálogo político,
- a integração física;
- o meio ambiente;
- a integração energética;
- os mecanismos financeiros sul-americanos;
- as assimetrias;
- a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; e,
- as telecomunicações.

17. Solicitamos às Instituições Regionais de Integração que apresentem às Chancelarias e aos Ministérios interessados, sugestões para o desenvolvimento de propostas e projetos específicos de trabalho sobre as áreas da agenda mencionada no parágrafo anterior. Esses trabalhos deverão iniciar-se de imediato e ser apresentados no mais tardar no primeiro semestre de 2006.

18. Na temática referente à redução das assimetrias, solicitamos à Secretaria-Geral da CAN, à Secretaria Técnica do MERCOSUL, à Secretaria-Geral da ALADI, à Secretaria Permanente do SELA, à Secretaria Permanente da OTCA, à Secretaria do CARICOM e à CEPAL que elaborem um documento de reflexão para discussão durante a reunião convocada pela Bolívia, “Foro: Um Novo Tratamento das Assimetrias na Integração Sul-americana”, na cidade de La Paz, no dia 21 de outubro de 2005, manifestando nossa expectativa de que este Foro contribua com sugestões para a redução das assimetrias na região e para que as relações econômicas produzam benefícios para todos.

19. As referidas Secretarias prestarão também apoio à Secretaria Pro Tempore em assuntos de natureza técnica de sua competência relativos a esta Declaração.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores

ANEXO VI

Programa de Ação

1. O fortalecimento dos vínculos institucionais entre o MERCOSUL e a CAN será promovido pelo mecanismo de associação recíproca entre os Estados Membros dos dois organismos, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname.
2. A fim de contribuir para a operacionalidade do disposto no parágrafo 13 da Declaração Presidencial, será instituído um foro sul-americano de consulta e coordenação política, constituído pelo FCCP do Mercosul, pelo Mecanismo de Coordenadores da Política Externa Comum da Comunidade Andina e por representantes da Guiana e do Suriname.
3. A Secretaria Pro Tempore realizará consultas com vistas à emissão de declarações consensuadas com todos os membros, diante de situações internacionais e regionais de interesse comum.
4. Os países da Comunidade poderão apresentar projetos consensuados de interesse comum nos organismos internacionais e regionais.
5. Serão programadas reuniões conjuntas entre os órgãos do MERCOSUL, da CAN, do Chile, da Guiana e do Suriname que atuem em áreas afins, de acordo com um cronograma previamente estabelecido.
6. Os secretariados da CAN e do MERCOSUL farão uma revisão dos acordos já realizados pela CAN e pelo MERCOSUL nas áreas política e social, a fim de examinar, conjuntamente com o Chile, a Guiana e o Suriname, a possibilidade de sua extensão a todos os países da América do Sul.
7. Os países sul-americanos convêm em negociar um Acordo de isenção de vistos e habilitação de documentos de identidade para que seus nacionais ingressem e transitem em seus respectivos territórios como turistas.

8. A Secretaria Pro Tempore solicitará às Secretarias da ALADI, do MERCOSUL, da CAN e do CARICOM, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname, que preparem, no mais tardar até o fim do primeiro semestre de 2006, estudos sobre a convergência dos acordos de complementação econômica entre os países da América do Sul. Esses estudos deverão incluir o objetivo de conformar gradativamente uma zona livre de comércio sul-americana e a complementação das economias dos países da América do Sul, bem como promover seu crescimento e desenvolvimento, levando em consideração a redução das assimetrias existentes e preservando os avanços alcançados na resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, no caso dos países partes ou membros dessa organização.

9. Será realizado em La Paz, em 21 de outubro, um seminário sobre um novo tratamento das assimetrias na integração sul-americana.

10. A Secretaria Pro Tempore instará todos os países a implementarem programas de erradicação da febre aftosa, caso seja necessário ou pertinente, e/ou a aderirem ao Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (Dec. CMC 8/05).

11. A Secretaria Pro Tempore estimulará a realização de rodadas sul-americanas de negócios para promover um melhor aproveitamento dos acordos de complementação econômica firmados entre os países sul-americanos. Outros países da América Latina e do Caribe poderão ser convidados a participar dessas rodadas.

12. Será fomentada a coordenação dos programas de promoção do comércio e dos investimentos entre os países da Comunidade Sul-Americana de Nações, levando em consideração, entre outras, a experiência do Brasil com seu Programa de Substituição Competitiva de Importações.

13. Os países da Comunidade Sul-Americana de Nações farão intercâmbio de experiências relativas à facilitação do comércio, à complementação de cadeias produtivas, e à integração em zonas fronteiriças. A Secretaria Pro Tempore

organizará uma reunião para o intercâmbio de experiências em cooperação fronteiriça.

14. Dar-se-á impulso à conclusão de projetos prioritários para a integração sul-americana nas áreas de infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, com base no aprofundamento das experiências bilaterais, sub-regionais e regionais existentes. Nesse sentido, destaca-se a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como marco de trabalho apropriado para todos os países da América do Sul, que, considerando a viabilidade técnica, social, ambiental e econômica dos projetos apresentados e a Agenda de Implementação Consensuada, à qual os países expressaram seu apoio na Declaração de Ayacucho de 2004.

15. Considerando que a água é um recurso natural soberano de inquestionável importância estratégica para a região, a Comunidade Sul-Americana de Nações reitera sua firme decisão de resguardar seu aproveitamento de maneira racional, eqüitativa e sustentável, preservando a conservação de suas fontes. Nesse contexto, será dado impulso à realização de reuniões e seminários para intercâmbio de experiências sobre a matéria.

16. Levando em consideração as conclusões do Encontro Sul-Americano sobre Transporte Aéreo, realizado em Brasília em 29 e 30 de setembro, a Secretaria Pro Tempore convocará uma reunião de autoridades da aviação civil e Ministros de Turismo, com o fim de estudar as bases de um programa sul-americano de conexão aérea, visando a fomentar o turismo e o comércio regional, em conformidade com os entendimentos vigentes.

17. Reafirmam a importância da integração energética da América do Sul. Ratificam os resultados da I Reunião de Ministros de Energia da Comunidade Sul-americana de Nações, realizada em Caracas, em 26 de setembro de 2005, na qual se decidiu a dar prosseguimento a passos concretos no âmbito da Iniciativa Petroamérica, com base nos princípios contidos na sua Declaração.

Reiteram o convite a todos os países sul-americanos para que considerem sua incorporação ao processo de estudo de um acordo de complementação energética regional, proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, do Chile, do Peru e da Bolívia, realizada em Montevideu, em 22 de agosto de 2005.

Ademais, instam os Ministros dos países envolvidos na iniciativa da Rede de Gasodutos do Sul a avançar, o mais brevemente possível, no desenvolvimento desse projeto, levando em conta os aspectos institucionais, legais, técnicos e econômicos que possibilitem sua pronta viabilização.

18. A Secretaria Pro Tempore solicitará aos organismos financeiros regionais que, em conjunto com os bancos e instituições nacionais de desenvolvimento, dêem impulso aos trabalhos do Processo Setorial, para identificar mecanismos inovadores e encontrar soluções que permitam o financiamento da Carteira Estratégica de Projetos IIRSA.

19. Os países membros da CAF envidarão todos os esforços para possibilitar a incorporação, a esse organismo financeiro, de todos os países sul-americanos que o solicitarem, como sócios plenos da categoria A, por solicitação das partes.

20. A Secretaria Pro Tempore convocará um seminário, com a participação de representantes dos setores público e privado e dos organismos financeiros regionais, para discutir formas alternativas de financiamento de projetos de investimento econômico e de coesão social, nas condições mais vantajosas, especialmente em apoio a pequenas e médias empresas e a cooperativas.

21. Será constituído um grupo de trabalho técnico, com a participação dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas, normas e regulamentação dos serviços de comunicações e de Internet, para estudar a possibilidade de dar impulso ao desenvolvimento de uma infra-estrutura de redes, indispensável a uma sociedade regional da informação e que inclua

pontos de intercâmbio de Internet, troncais regionais e servidores primários, levando em conta a situação e as necessidades específicas da região.

22. Será desenvolvido um programa de erradicação do dengue e da malária em todos os países da América do Sul que o solicitarem.

23. Diante da necessidade urgente de avançar na superação das desigualdades sociais sul-americanas, a Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações convocará uma reunião de peritos e de responsáveis por programas governamentais de desenvolvimento social, combate à pobreza e de emergência social, a fim de recomendar propostas de ação relativas a essas questões, o mais brevemente possível.

24. Os Ministros de Turismo estudarão, ainda no decorrer do segundo semestre de 2005, um programa de cooperação para promover a responsabilidade ética em turismo, dando especial atenção à prevenção da exploração de crianças e adolescentes e aos efeitos do turismo sobre o meio ambiente.

25. Considerando que o tema do meio ambiente faz parte da agenda prioritária do processo de integração sul-americano, acordou-se realizar em Quito, no primeiro semestre de 2006, um reunião dos países sul-americanos, conjuntamente com instituições acadêmicas e organizações governamentais regionais e sub-regionais, com o fim de analisar pontos de interesse comum sobre essa matéria.

26. Promover-se-á a participação da sociedade em seu conjunto para facilitar a divulgação da integração e da realidade sul-americana por meio de diferentes sistemas de comunicação, educativos, de informação e culturais, em estrito respeito à liberdade de imprensa e ao direito que os povos têm de serem informados.

27. Os Ministros de Cultura e seus equivalentes se reunirão no primeiro semestre de 2006 e estudarão uma proposta de agenda cultural sul-americana.

Dessa agenda poderia constar, entre outros itens, um festival rotativo de cultura, produções cinematográficas conjuntas e um prêmio sul-americano de cultura.

28. Será organizada a cada dois anos, rotativamente, uma feira de ciência e tecnologia sul-americana. Serão estimulados projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica. Será instituído um prêmio sul-americano de ciência e tecnologia.

29. Será elaborado um Plano de Cooperação em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento, com especial referência a assuntos de ciência e tecnologia e suas aplicações ao desenvolvimento da produção e de serviços, dando-se ênfase à ampliação das potencialidades dos recursos naturais disponíveis na região, bem como da indústria geradora de valor agregado, tendo em conta os programas existentes.

30. Será organizado, com a colaboração do Convênio Andrés Bello, um cadastro dos instrumentos internacionais vigentes, relativos ao reconhecimento de títulos profissionais e diplomas universitários, a fim de avaliar tais instrumentos e considerar seu eventual aperfeiçoamento, mediante a negociação de textos complementares que se julgarem pertinentes.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores